

# ABRACICON

Publicação Trimestral da Academia  
Brasileira de Ciências Contábeis

# SABER

## Aspectos teóricos da contabilidade pública como instrumento de **empoderamento social:** informações úteis aos *shareholders* do Estado

por Antonio Gonçalves de Oliveira e Sônia Maria Augustinho

### Academia

Presidente da Abracicon recebe  
Título Cidadã Cearense

### Exclusiva Abracicon

Aceitação de Tecnologias Digitais  
(SPED) por parte dos contadores

### Perfil

Prof. Dr José Francisco  
Ribeiro Filho



**ABRACICON**  
ACADEMIA BRASILEIRA  
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Correios

9912396695/2016 DR/BSB  
ABRACICON

Mala Direta  
Básica

# O MAIS COMPLETO PROGRAMA DE ATUALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE.



Chancelado pela



Desenvolvido pelo Secad em parceria com a ABRACICON, o PROCONTAB disponibiliza os mais pertinentes e qualificados conteúdos sobre Contabilidade. Mantendo seu conhecimento atualizado de forma didática e inovadora.



**ESTUDE  
ONDE, COMO E  
QUANDO QUISER**



**CONTEÚDOS  
CHANCELADOS  
E DESENVOLVIDOS  
POR GRANDES  
NOMES DA ÁREA**



**GARANTIA DE  
UM PROCESSO  
DE APRENDIZAGEM  
LEVE E PRAZEIROSO**



**DE SATISFAÇÃO  
DOS INSCRITOS**

## EXPEDIENTE

REVISTA ABRACICON SABER  
EDIÇÃO Nº 19 – FEVEREIRO/MARÇO/ABRIL  
2017 ISSN: 2357/7428

**Editor**

Academia Brasileira de Ciências Contábeis  
(Abracicon)

**Endereço:**

SAS - Quadra 05 - Bloco J - Edf. CFC, 4º  
andar, CEP: 70070-920 – Brasília (DF)

**Contato:**

(61) 3314-9453  
abraciconsaber@abracicon.org.br

**DIRETORIA DA ABRACICON  
Gestão 2014 a 2017****Presidente**

Maria Clara Cavalcante Bugarim (AL)

**Diretora de Administração e Finanças**

Diva Maria de Oliveira Gesualdi (RJ)

**Diretora Operacional**

Marta Maria Ferreira Arakaki (RJ)

**Diretor de Ensino e Pesquisa**

Antonio Carlos Nasi (RS)

**CONSELHO FISCAL****Gestão 2014 a 2017****Membros Efetivos**

Gaitano Laertes Pereira Antonaccio (AM)

Janir Adir Moreira (MG)

Washington Maia Fernandes (MG)

**Membros Suplentes**

Alcedino Gomes Barbosa (GO)

Nelson Machado (DF)

Irineu De Mula (SP)

**Coordenadora do Conselho Editorial**

Acadêmica Gardênia Maria Braga de Carvalho  
- Dra.

**Conselho Editorial**

Acadêmico Alexandre Bossi Queiroz - Dr.

Acadêmico Elias Dib Caddah Neto - Ms.

Acadêmico José Antonio de França - Dr.

Acadêmico José Eustáquio Giovannini - Ms.

Acadêmico Vicente Pacheco - Dr.

**Revisão:** Maria do Carmo Nóbrega

**Colaboradoras:** Fernanda da Silva Costa e  
Luciana Martins da Silva Sousa

**Projeto Gráfico, Redação e Diagramação**  
CQueiroz Comunicação – (81) 3429.5846

**Gráfica:** Coronario

**Tiragem:** 6.000 exemplares

**Fotos:** Cedidas pelas Academias Regionais e  
Abracicon

Permitida a reprodução de qualquer matéria,  
desde que citada a fonte. Os conceitos  
emitidos em artigos assinados são de  
exclusiva responsabilidade de seus autores.

[www.abracicon.org.br](http://www.abracicon.org.br)

## Edição nº 19

**P**eter Drucker, considerado “O Pai da Administração Moderna”, afirmou, certa vez, que “o planejamento não é uma tentativa de prever o que vai acontecer. O planejamento é um instrumento para raciocinar agora, sobre que trabalhos e ações serão necessários hoje, para merecermos um futuro. O produto final do planejamento não é a informação: é sempre o trabalho.”

O pensamento do notório administrador vai ao encontro do que tem preconizado a Diretoria da Abracicon, nessas quase três décadas de atuação, com relação aos seus inúmeros projetos. Temos planejado nossas ações com base nas necessidades primeiras de nossos profissionais. Planejar, para nós, acadêmicos, significa, antes de tudo, trabalho; pensar no futuro, no amanhã; prover o que há de mais moderno e atual aos nossos profissionais; e, essencialmente, oferecer à classe contábil eficiente apoio no desenvolvimento filosófico, científico e tecnológico da Contabilidade.

É sobre essa base que está calcado o nosso planejamento maior e mais ingente. As atividades bem planejadas desta Academia nos dão a plena certeza de que temos contribuído para o aprimoramento das Ciências Contábeis, desenvolvendo projetos; realizando eventos nacionais e internacionais; e divulgando os mais modernos estudos e conhecimentos no campo contábil-científico.

Com esse precioso planejamento, temos incentivado os nossos cientistas a produzirem material de estudos que venham a não somente levar os novos conhecimentos, mas, sobretudo, incentivar a adoção das boas técnicas, capazes de oferecer mais agilidade aos serviços prestados pela classe.

E o resultado desse transparente planejamento, caros leitores, trago a vocês sob a forma de notícias, de artigos e de ações salutares em favor da classe contábil. Habitualmente, fazemos uso deste privilegiado espaço para falarmos um pouco sobre nossas ações. O trimestre vem repleto de novidades e a nossa Revista está plena de interessantes matérias, apreciáveis pela riqueza de conteúdo, dando conta do largo campo de atuação da Abracicon.

Cumprida a tradicional agenda das solenidades de posse nas Academias e de homenagens pelo Brasil afora, tivemos a grata satisfação de criar a Academia Goiana de Ciências



**Maria Clara Cavalcante Bugarim**

Presidente da Abracicon

Contábeis, que contará com imortais, que, seguramente, irão contribuir para o cumprimento de nosso rico planejamento no Estado de Goiás.

Quero compartilhar com vocês a minha imensa alegria ao receber a comenda Cidadã Cearense entregue pela Assembleia Legislativa do Ceará, como resultado do trabalho que venho realizando em favor da classe contábil.

Outra novidade foi a realização exitosa do VII Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade – evento tão bem organizado pelos amigos baianos. Na ocasião, a Abracicon, em parceria com a Ordem dos Contabilistas Certificados de Portugal (OCC) e a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), outorgou a primeira medalha Mérito Contábil Antônio Domingues de Azevedo, e a agraciada foi a portuguesa doutora em Contabilidade Lúcia Lima Rodrigues.

E as boas notícias não acabaram. Realizamos duas edições do Quintas do Saber com os temas “Lei da Repatriação n.º 13.254/2016” e “Transparência e Controle Social”. Este último teve como convidado especial o ouvidor-geral da União Gilberto Walter, que nos falou com muita propriedade sobre os anseios da sociedade para a melhoria da transparência na gestão pública.

Pegando carona neste segundo tema do Quintas do Saber, nosso Artigo Prime trata das informações úteis como ferramenta essencial para a efetividade da governança pública. Conforme informações trazidas pelo autor, “o dever de prestar contas compreende a responsabilidade dos gestores públicos e busca comprovar e dar conhecimento, por meio da apresentação das contas públicas, da boa e regular utilização dos recursos públicos, o que, evidentemente, demanda controle e fiscalização dos atos do Estado.”

Boa leitura!

Matéria de Capa

# 37 Aspectos teóricos da contabilidade pública como instrumento de empoderamento social: informações úteis aos *shareholders* do Estado



Regionais



5 | Abacicon empossa novos membros do Conselho Fiscal

Academia



10 | Presidente da Abracicon recebe Título Cidadã Cearense

Jovem Profissional



16 | O estudante de hoje: o contador de amanhã



A Voz do Estudante

17 | O curso de Ciências Contábeis e a importância do estágio para o conhecimento teórico aliado à prática



Especializando-se

18 | Uma aventura em meio a "débitos e créditos"

Perfil



53 | Prof. Dr. José Francisco Ribeiro Filho

Exclusiva Abracicon

28

Aceitação de Tecnologias Digitais (SPED) por parte dos contadores



Indicações



54 | Livros

# Abacicon empossa novos membros do Conselho Fiscal

**A** Abacicon empossou seis novos membros logo após a abertura do VII Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade, que aconteceu no dia 31 de março, no auditório da Casa do Comércio, em Salvador (BA).

Na ocasião, foram empossados os acadêmicos Graciela Mendes Ribeiro Reis, Sudário de Aguiar Cunha, Wilson Thomé Sardinha Martins, José Antônio Moreira Icó da Silva, Lívia da Silva Modesto Rodrigues e Walter Crispim da Silva.



# Academia Goiana de Ciências Contábeis é criada após Assembleia no CRCGO

**N**o dia 24 de março, uma reunião foi realizada para tratar da fundação da Academia Goiana de Ciências Contábeis (Agocicon). A Academia terá como objetivo valorizar e incentivar o desenvolvimento e estímulo ao conhecimento da Ciência Contábil no estado, além de fomentar a realização de projetos, eventos e promover concursos sobre temas relacionados à aplicação da Contabilidade.

Cerca de 30 profissionais da contabilidade participaram da primeira reunião, que

já definiu os membros que vão compor a Diretoria da Academia. O profissional Fábio da Silva e Almeida foi eleito presidente da Agocicon, tendo como diretor de Administração e Finanças o presidente do CRCGO, Edson Bento dos Santos. O diretor Operacional será o perito-contador João Luís Aguiar e o diretor de Ensino e Pesquisa será Carlos Henrique Silva do Carmo.

Além da Diretoria, também houve a eleição do Conselho Fiscal da Academia, que está composto pelos três membros efetivos Moisés Ferreira, Piterson Maris e Lo-

raine Wasem, e pelos membros suplentes Genezia Souza, Kleber Domingos e Derli Terezinha.

Com informações: Assessoria de Imprensa CRCGO – Izadora Louise



## Apecicon no II Encontro de Jovens Contabilistas e Integração Estudantil

O presidente da Academia Pernambucana de Ciências Contábeis (Apecicon), professor Francisco Galvão, marcou presença na segunda edição do Encontro de Jovens Contabilistas e Integração Estudantil, realizado pelo Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco (CRCPE), no dia 9 de abril, no auditório da Faculdade Salesiana, área central da cidade do Recife (PE). A Apecicon também apoiou a realização do encontro.

O professor Galvão, que também é vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CRCPE, mantém-se próximo

dos estudantes, bem como dos coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior de Pernambuco. "É uma forma de manter as instituições atualizadas, para que elas transmitam aos futuros contabilistas as informações necessárias e, assim, eles

vão se preparando, cada vez mais, para o mercado de trabalho", explicou.

O evento teve como palestrantes o vice-presidente de Registro e o conselheiro do CRCPE, Josemi Barbosa e Fábio Firmi- no, respectivamente.



## Apicicon planeja próximos eventos no estado

A diretoria da Academia Piauiense de Ciências Contábeis (Apicicon) se reuniu para programar um fórum de discussão de temas de interesse do meio acadêmico, previsto para acontecer na manhã de 17 de junho.

A ideia é congrega para uma ampla discussão sobre a importância das Academias para a preservação da cultura, incentivo à pesquisa e divulgação da criação literária das entidades de vários segmentos do Estado do Piauí, assim como do Brasil.

O evento será realizado dentro da programação da 3ª Convenção de Contabilidade do Piauí, com participação já confirmada da presidente da Abracicon, contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim.

Outro tema debatido em pauta foi a realização do CineContábil Abracicon nas principais cidades do interior do estado. Em Teresina, capital, a mostra aconte-

ceu dia 10 de dezembro passado, no cinema do Teresina Shopping e contou com a participação de mais de 130 espectadores.



Neto Carvalho (diretor operacional), Elias Caddah (presidente), Francyslene Magalhães e Antonio das Neves (diretores).

# Novo imortal na Academia de Ciências Contábeis do Paraná

Em sessão pública, realizada na sede do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR), no dia 3 de abril, a Academia de Ciências Contábeis do Paraná (ACCP), apontou o nome de um novo candidato à imortal para a Cadeira n.º 26, ocupada anteriormente pelo saudoso João Vitorino Azolin Benato.

O escolhido entre os candidatos que pleiteavam a vaga foi o professor doutor An-

tonio Gonçalves de Oliveira, cujo currículo, profissional e acadêmico, foi lido durante sessão pelo acadêmico João Eloi Olenike, no papel de padrinho do candidato.

A sessão foi prestigiada por diversas autoridades representando a classe contábil paranaense, entre os quais, o presidente da Fecopar, Divanzir Chiminacio; o presidente do Sicontiba, Pedro Hugo Catossi; a presidente do Instituto Paranaense da

Mulher Contabilista (IPMCONT), Denise Maria de Oliveira, a secretária do Instituto, Carla Cristina Pacheco, e o presidente da Microtiba, Armando Lira.

O processo de escolha do novo candidato foi realizado por 12 acadêmicos presentes na sessão, por meio de voto secreto, recaindo a escolha sobre o candidato que recebeu o maior número de votos entre os inscritos.



# Membros da Acaderncic recebem homenagem e Academia lança Projeto de Educação

No mês de fevereiro, membros honorários da Academia Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis (Acaderncic) foram homenageados, no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN-RN).

Foram eles: Horácio Alves Pedroza Neto, que é ex-presidente do Sindicato dos Contabilistas do Rio Grande do Norte, e Tarciso Cabral de Medeiros, auditor fiscal da Receita Federal do Brasil.

Na ocasião também ocorreu o lançamento do Programa de Educação para a Cidadania (ProEduc) Acaderncic, com a temática 'O SPED como instrumento de controle da atividade tributária e fis-

cal: As inovações estruturais a partir de 2015', que contou com a exposição do auditor fiscal da Receita Federal, Jonathan José Formiga de Oliveira.



## ACCRGS participa de projeto “Declare Certo”

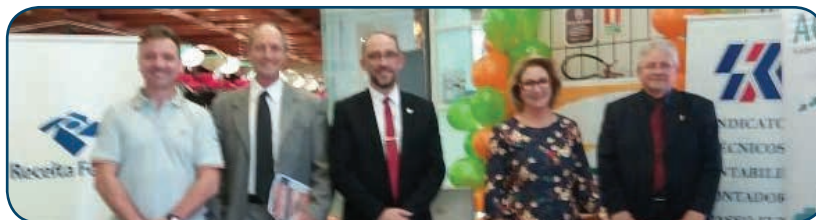
A Academia de Ciências Contábeis do Rio Grande do Sul (ACCRGS), participou do projeto “Declare Certo”, promovido pelo Sescon-RS, em parceria com a Receita Federal do Brasil (RFB) e com o Sindicato dos Contadores e Técnicos em Contabilidade de Passo Fundo (SindiContabil).

O evento ocorreu no dia 11 de abril, no Bourbon, em Passo Fundo-RS, e teve como principal objetivo oferecer ao contribuinte uma orientação qualificada, evi-

tando erros na declaração do seu Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

O presidente da ACCRGS, contador Eloi Dalla Vecchia; a acadêmica e contadora Marilene Modesti; o vice-presidente da

ACCRGS, contador Cláudio Morelo, representando a RFB, e o vice-presidente do Sescon-RS, contador Gilberto Zanin de Souza, também participaram da importante ação capitaneada pelo Sescon-RS, esclarecendo as dúvidas dos contribuintes.



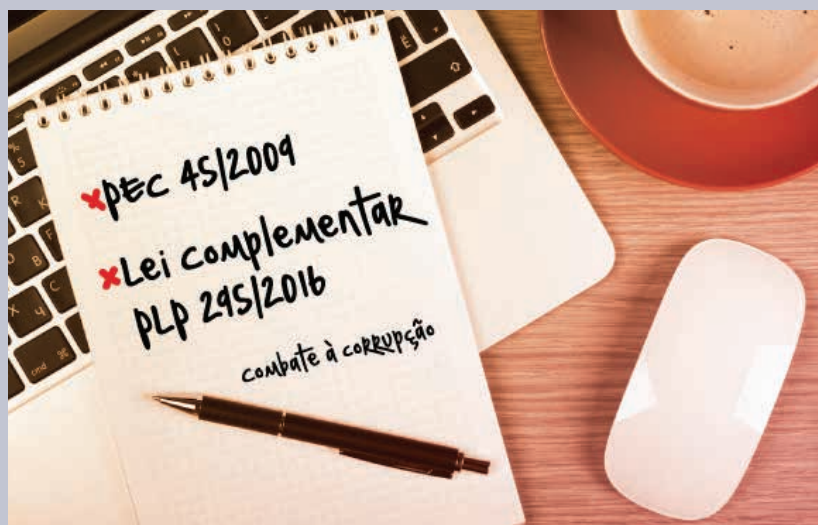
## Acadêmico da ACCC publica artigo sobre qualificação fiscal e combate à corrupção

O acadêmico José Osvaldo Glock, ocupante da Cátedra 17 da Academia Catarinense de Ciências Contábeis (ACCC), publicou o artigo “A Importância da PEC 45/2009 e do Projeto de Lei Complementar PLP 295/2016 para o combate à corrupção”.

No texto, José Osvaldo destaca a decisiva contribuição que a PEC 45/2009, em tramitação no Senado Federal, poderia trazer para a consolidação dessas ideias, com pequena alteração na atual redação desta Emenda Constitucional, bem como a visão inovadora do sistema de controle

interno em disposições do Projeto de Lei Complementar n.º 295/2016, a chamada Lei da Qualidade Fiscal.

José Osvaldo Glock é bacharel em Ciências Contábeis pela UFPR, e, por meio da Consultoria BFMG, de Florianópolis – da qual é sócio –, assessora órgãos municipais catarinenses e os Tribunais de Justiça do Espírito Santo e de Mato Grosso. É consultor do Centro de Estudos Temáticos de Administração Pública de Santa Catarina, autor do livro ‘Guia para a implementação do Sistema de Controle Interno nos Municípios (Editora Juruá/Curitiba – PR)’ e coautor dos livros ‘Lei de Responsabilidade Fiscal comentada, Comentários à Lei n.º 4.320’ e ‘Controle interno nos municípios’ (os três pela Editora Atlas – SP). É professor do curso de pós-graduação em nível de especialização sobre Auditoria Governamental, na Universidade do Tocantins (Unitins).





# Sessão solene da Câmara Municipal de São Paulo prestou homenagem ao Dia do Profissional da Contabilidade

O Presidente da Academia Paulista de Contabilidade (APC), contador Irineu De Mula, esteve presente na sessão solene de 10 de abril, da Câmara Municipal de São Paulo, que prestou homenagem ao 'Dia do Profissional da Contabilidade', celebrado em 25 de abril.

Realizada no Plenário 1º de Maio da casa legislativa, a sessão foi convocada e presidida pela vice-presidente da Câmara, a vereadora Edir Sales (PSD), que ao final da cerimônia entregou placas comemorativas aos representantes das entidades.



Academia Paulista de Contabilidade

## Presidente da ASCC recebe homenagem da Prefeitura de Aracaju (SE)

A presidente da Academia Sergipana de Ciências Contábeis (ASCC) Maria Salete Barreto Leite, recebeu no dia 25 de abril, do prefeito de Aracaju (SE), Gilson Andrade de Oliveira, uma merecida homenagem alusiva ao 'Dia do Profissional da Contabilidade'.

Na ocasião, o prefeito falou sobre a importância da Academia para o crescimento intelectual e cultural das Ciências Contábeis no Estado de Sergipe. A presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe (CRCSE), Ângela Dantas, também foi homenageada.

A vice-presidente da ASCC, Edna Pereira, havia representado a Academia, no dia 22 do mesmo mês, no município vizinho de Cristinápolis, durante um importante evento realizado pela Academia de Letras e Humanidades daquela cidade.



## ASCC na posse do Sescap-Sergipe

Maria Salete Barreto Leite esteve entre as autoridades presentes na posse da nova presidente do Sindicato das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e das Empresas de Serviços Contábeis (Sescap-SE), contadora Gleide Selma Santos.

O evento, ocorrido no dia 3 de março, marca um importante momento de ratificação do fortalecimento da mulher contabilista, uma vez que Gleide Selma se torna mais uma força feminina à frente de uma entidade contábil no Estado de Sergipe.



# Presidente da Abracicon recebe homenagem durante comemoração dos 70 anos do CRCMG

**P**ara celebrar seus 70 anos de existência e agradecer a todos que contribuíram com sua trajetória de sucesso nas últimas décadas, o CRCMG, que tem como presidente o contador Rogério Marque Noé, realizou um evento especial em Belo Horizonte, nos dias 29 e 30 de março, e prestou homenagens a ex-membros da entidade, autoridades políticas e representantes de instituições parceiras.

Dentre os 20 profissionais homenageados com a medalha comemorativa dos 70 anos do Conselho, estava a presi-



dente da Abracicon e representante da Controladoria-Geral do Estado de Alagoas, Maria Clara Bugarim, que falou sobre a importância da entidade para a classe contábil. “Tenho acompanhado a construção deste Conselho tão atuante, e não tenho dúvidas de que o CRCMG se encontra preparado para enfrentar os desafios da profissão”, enalteceu Clara.

O presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), José Martonio Alves Coelho; o procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Antônio Sérgio Tonet; o presidente da Fundação Brasileira de Contabilidade, Juarez Domingues Carneiro; e a contadora-geral do Governo de Minas Gerais, Maria da Conceição Barros de Rezende Ladeira, foram alguns dos homenageados da noite.



## Abracicon realiza 15ª Assembleia Geral Ordinária (AGO)

Aconteceu no dia 15 de fevereiro, na sede da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), em Brasília (DF), com a participação da presidente da entidade, Maria Clara Cavalcante Bugarim; e dos demais membros da Abracicon, José Martonio Alves Coelho; Valcemiro Nossa; Gardênia Maria Braga de Carvalho; Eduardo Augusto Rocha Pocetti; Janir Adir Moreira; José Corrêa de Menezes; Antoninho Marmo Trevisan; Flávio da Cruz; Gaitano Laertes Pereira Antonaccio; Irineu de Mula; José Eustáquio Geovanini; Márcia Martins Mendes De



Luca; José Antonio de França; Alexandre Bossi Queiroz; Washington Maia Fernandes; Diva Maria de Oliveira Geusaldi; Moacir Carlos Baggio e Clovis Belbute Peres.

Em pauta, a apreciação dos resultados das atividades desenvolvidas pela Abracicon em 2016, definições dos projetos previstos para 2017 e a eleição de novos acadêmicos da entidade.

# Abracicon no lançamento da 17ª Conescap

No dia 9 de março a presidente da Abracicon, Maria Clara Cavalcante Bugarim, participou do lançamento oficial da décima sétima edição da Convenção Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (17ª Conescap).

Cercado pela cultura amazonense, o grande evento ocorreu Hotel Tiwa Amazonas Eco Resort, com recepção especial dos convidados no Pier Natureza, localizado às margens do Rio Negro.



# VII Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade: Maria Clara Bugarim ministra Palestra Magna

No dia 31 de março, durante a sétima edição do Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade, realizado em Salvador (BA), a Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) entregou a Medalha Mérito Contábil Antônio Domingues de Azevedo à doutora em contabilidade pela Universidade do Minho, Lúcia Lima Rodrigues.

O evento internacional foi criado com o objetivo de ampliar o debate sobre as experiências da profissão contábil entre Brasil e Portugal. Organizado pela Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), em parceria com a Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), com o Conselho Regional de Contabilidade da Bahia (CRCBA) e com a Ordem dos Contabilistas Certificados de Portugal (OCC), foi realizado na Casa do Comércio, em Salvador (BA), e reuniu cerca de 200 participantes.

Sob a temática "A Contabilidade como Instrumento de gestão nos negócios

luso-brasileiros", o momento teve como oradora da Palestra Magna de abertura a presidente da Abracicon, contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim, que, ao explicar o tema "O exercício da cidadania e o combate à corrupção", mencionou o atual cenário brasileiro, a corrupção e seu impacto direto no desenvolvimento social e econômico do País.

Segundo Maria Clara, este é o grande desafio da atualidade. "A corrupção precisa ser enfrentada, o cidadão precisa se empoderar. Precisamos também aumentar o controle e transparência, só desta forma conseguiremos virar o jogo contra a corrupção", destacou. O controle social e a transparência também foram apontados pela presidente da Abracicon como caminhos para a melhoria da gestão pública. "A cultura precisa ser mudada e o sigilo tem que ser compreendido como exceção e, não, regra", concluiu.

Paralelo ao Luso foi realizado o 15º Fórum da Mulher Contabilista, que trouxe

como lema "A mulher profissional da contabilidade no Brasil e em Portugal".

A mesa de honra foi composta pelos presidentes Juarez Domingues Carneiro, da FBC; José Martonio Alves Coelho, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Antônio Carlos Nogueira Cerqueira, do CRCBA; Maria Clara Cavalcante Bugarim, da Abracicon; além do representante da OCC, José Carlos Marques; da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia, Carlos de Souza Andrade; da Academia Baiana de Ciências Contábeis (Abacicon), Adeildo Osório de Oliveira; e da coordenação adjunta da Câmara de Registro do CFC, Maria Constança Galvão Carneiro.

## Homenagem ao bastonário

Durante a solenidade de abertura, foi realizada uma homenagem póstuma ao bastonário Antônio Domingues de Azevedo, promovida pelas entidades FBC, CFC e Abracicon. O bastonário é considerado



o maior líder da classe contábil portuguesa. Foi o criador e o primeiro presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas de Portugal, Ordem Oficiais de Contas, e da Ordem dos Contabilistas Certificados. Iniciou a partir do ano 2006, uma sólida parceria com o Conselho Federal de Contabilidade, onde cultivou uma relação de amizade com os presidentes, Juarez Domingues Carneiro, Maria Clara e José Martonio. Nesse período foram construídos diversos projetos e eventos entre Brasil e Portugal.

Considerado um visionário, António Domingues de Azevedo dedicou-se em construir e solidificar a imagem da profissão. Em 2009, levou a profissão ao patamar máximo, conferindo à Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas credibilidade nacional e internacional.

#### **Lúcia Lima Rodrigues recebe 'Medalha Mérito Contábil António Domingues' durante Encontro**

Portuguesa, doutora em Contabilidade, mestre e licenciada em Economia pela Universidade do Porto, Lúcia Lima é

professora associada com agregação na EEG-Minho, com longa experiência de ensino, nomeadamente em MBA, MSc, Doutoramento, Licenciatura e cursos de formação para executivos nas áreas de Contabilidade Financeira e Teoria Contabilística.

Autora de capítulos e livros em diferentes temas, Lúcia tem publicado artigos em diversas revistas científicas internacionais de topo na área da Contabilidade e Gestão, sendo autora e coautora de mais de 50 artigos publicados em revistas científicas internacionais como *Accounting, Organization and Society*, *European Accounting Review* e *Business History*.

A homenageada é presidente do Conselho Editorial da revista científica Contabilidade e Gestão (*Portuguese Journal of Accounting and Management*) e do Colégio de Contabilidade Financeira e da Comissão de História da Contabilidade da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC).

Lúcia Lima também é *book review Editor* da *European Accounting Association*,

tendo nos últimos anos pertencido ao *Management Board* e ao *Management Committee* desta Associação Europeia.

#### **Medalha Mérito Contábil António Domingues de Azevedo**

A comenda foi instituída pela Abracicon e é concedida ao profissional que possua reputação ilibada e que preencha, no mínimo, 10 anos de exercício da profissão contábil, possuindo ainda obra contábil de reconhecido valor.



# Presidente da Abracicon recebe Título Cidadã Cearense

A presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim, recebeu, na noite de 25 de abril, da Assembleia Legislativa do Ceará (ALEC), o Título Honorífico Cidadã Cearense.

A homenagem ocorreu no Plenário 13 de Maio e atendeu à solicitação do líder do Governo, deputado Evandro Leitão

(PDT), que destacou a importância da homenagem à contadora justamente na data que se celebra nacionalmente o 'Dia do Profissional de Contabilidade'.

Também participaram da solenidade o presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), José Martonio Alves Coelho; o deputado estadual, Jeová Mota (PDT); a reitora da Universidade de Fortaleza (Unifor), Fátima Maria Fernandes

Veras; a presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará (CRCCE), Clara Germana Gonçalves Rocha; o presidente do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), Idésio Coelho; e o secretário da regional IV da Prefeitura Municipal de Fortaleza, Francisco Sales de Oliveira.

Nascida no município de União dos Palmares (AL), em 1963, Maria Clara se destaca em cargos até então nunca ocupados por uma mulher. Foi auditora-geral do Estado de Alagoas; diretora financeira do Instituto de Previdência do Estado de Alagoas (Ipaseal); secretária de Assistência Social do Município de Santana do Mundaú (AL) e presidente da Associação dos Servidores do Ipaseal (Assipaseal). Também foi conselheira fiscal do Banco do Estado de Alagoas, conselheira fiscal de Alagoas, além de vice-presidente de Assuntos Institucionais e de Alianças do Instituto de Cidadania Fiscal.



A contadora teve sua carreira marcada ainda pela articulação nas entidades de classe, ao presidir o Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas (CRCAL/1998 - 2001), a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC/2002 - 2005) e ocupar a cadeira de conselheira do

Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Nessa última entidade, começou o grande marco da história da profissão contábil, e, em 60 anos de criação da profissão, foi a primeira mulher a ocupar a presidência do órgão maior da classe contábil brasileira.



Fotografe o QC Code e confira o currículo de Maria Clara Bugarim na íntegra.



## Brasileiros participam de Seminário Internacional na Carolina do Sul

**F**oram sete dias de seminário na Anderson University, Carolina do Sul, região sudeste dos Estados Unidos da América, com visitas em grandes corporações, como Coca-Cola e Fluor. Os brasileiros também visitaram o centro de distribuição da maior rede farmacêutica norte-americana, o Walgreens, e participaram de reuniões com CEOs de grandes empresas.

O grupo participou ainda de palestras sobre o papel da tecnologia e segurança de dados na contabilidade, tendências para o setor e mudanças de regulamentação no âmbito internacional. Em clima de amizade e descontração, líderes e empresários do setor vivenciaram experiências inesquecíveis.



## Errata

A Abracicon informa, através desta errata, que na edição 18 da Revista Abracicon Saber (Novembro, Dezembro de 2016 e Janeiro de 2017), página 11, da notícia intitulada "Acadêmico da Abracicon toma posse como imortal da AAL", onde está escrito "Academia Amazonense de Letras (AAL), o correto é Academia de Letras, Ciências e Artes do Amazonas (Alcear).





## 1º Quintas do Saber de 2017 abordou Lei da Repatriação n.º 13.254/2016

No dia 15 de fevereiro, a Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) realizou mais uma edição do projeto Quintas do Saber, a primeira do ano de 2017. Sob o tema: "Lei da Repatriação n.º 13.254/2016", o momento ocorreu no auditório do edifício sede do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em Brasília (DF), e teve transmissão simultânea.

Especialistas discutiram o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RETCT), conhecido como Lei de Repatriação, que permitiu, entre janeiro e outubro do ano passado, que pessoas físicas e jurídicas com recursos não declarados no exterior até 31/12/2014 pudessem regularizar os valores, mediante pagamento de imposto e multa. Também foi apresentada a parceria firmada entre a Academia Brasileira de Ciências

Contábeis (Abracicon) e o Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP).

A presidente da Abracicon, contadora Maria Clara Bugarim, iniciou as atividades explicando a importância do projeto, que é uma iniciativa da Academia e conta com o apoio do Conselho Federal de Contabilidade. Também participaram do evento o presidente do CFC, José Martonio Alves Coelho; a diretora acadêmica do IDP, Fátima Cartaxo; o advogado e professor livre-docente da USP, Paulo Ayres Barreto; e o advogado e consultor jurídico do Ministério das Cidades, Rodrigo Dantas.

O RERCT permitiu a arrecadação de cerca de R\$ 45 bilhões, mas está cercado por polêmicas. Segundo Barreto, a lei não foi clara em diversos pontos, o que pode levar a uma série de questionamen-

tos posteriores. "Para mim, a repatriação está apenas começando, porque os problemas começam a aparecer agora", disse. Ele mencionou a cobrança de multa, já reconsiderada pela Receita Federal, dos contribuintes que aderiram ao programa. Ainda de acordo com ele, há também questionamento sobre os valores que foram cobrados, tanto referente às multas quanto ao imposto cobrado. "Esse dinheiro que está lá é renda, é honorário, é herança? Como se chegou ao valor de 15% de imposto e 15% de multa? Parece-me que o melhor é entendermos que essa é uma medida, como o próprio nome diz, especial, então ela tem um regime único, específico para ela".

Barreto lembra que o Brasil é o país com o maior número de disputas judiciais tributárias e que a Lei de Repatriação é um bom exemplo do por que isso ocorre. "Há

uma discussão sobre se o imposto deve ser pago sobre o valor na conta no exterior em 31/12/2014, que chamamos de foto, ou sobre o histórico, que chamamos de filme. A Receita se manifestou pelo filme, mas a legislação não é clara, deixa brechas para interpretar que seja sobre a foto”, afirmou.

O professor destacou a importância dos profissionais da contabilidade no processo. “Eu sempre digo que toda iniciativa corporativa, independentemente do tamanho, deve contar, na sua abertura, com a assessoria de um profissional da contabilidade. Eles são fundamentais. Só chegam para nós, advogados tributários, os casos em que não houve um acompanhamento de contador”, disse Barreto.

Rodrigo Dantas lembrou que a lei vem ao encontro de uma doutrina penal que vê a penalidade como última instância. “Ela procura eximir a punição e traz o fato para a administração. Coloca as empresas para se fiscalizarem, com as políticas de compliance. Com isso, há uma

redução de custo do estado, que passa a ter uma tarefa fiscalizadora menor e, no caso da repatriação, traz para a economia uma soma significativa de recursos. É uma ponte para a legalidade”, afirmou. O consultor ressaltou que a legislação é mais clara sobre os crimes que alcança do que sobre outros aspectos legais, mas que ainda pairam dúvidas. “A lei fala que a repatriação está vedada para pessoas que estão em cargos, empregos, funções públicas de direção ou eletivas e seus cônjuges, parentes até segundo grau. Mas não falou se eles não podiam exercer essas funções no momento da adesão ou em 31/12/2014”. Outro ponto não claro é o que é prova da licitude dos recursos declarados, acrescentou Dantas.

Fátima situou a repatriação no contexto internacional, afirmando que a cooperação entre os Fiscos de todo o mundo tem levado ao enfrentamento da evasão fiscal. “As tecnologias permitem, hoje, uma cooperação mais efetiva entre os órgãos fiscalizadores de todo o mundo, o que dificulta a evasão fiscal. Outro fa-

tor é financeiro. Com a crise de 2008 os governos precisavam de mais recursos e fomentaram essa cooperação”. Ela disse que a imagem trazida por Dantas, de ‘ponte para legalidade’, é muito positiva. “Estamos em um momento, também, de amadurecimento, e a imagem da ponte me parece muito boa, porque há uma confiança maior entre Receita Federal e contribuinte, que permite que quem, por qualquer motivo, tenha mantido recursos no exterior legalize a sua situação”. A Câmara dos Deputados votou na quarta-feira (15/2) uma nova Lei de Repatriação. O novo texto traz juros e multas maiores. Para Barreto, a medida é válida. “Muita gente estava insegura para fazer a repatriação porque o Congresso Nacional passou o ano todo dizendo que faria alterações na legislação, o que não ocorreu. Muitos contribuintes ficaram esperando a mudança e o prazo ficou apertado quando ficou claro que não haveria alterações. Quem fez na primeira rodada teve benefícios em relação a que está sendo proposta agora, como juros e multas menores”.



Da esq. para a dir.: o consultor jurídico do Ministério das Cidades, Rodrigo Dantas; o advogado e professor livre-docente da USP Paulo Ayres Barreto; e a diretora acadêmica do IDP, Fátima Cartaxo.

## 2º Quintas do Saber tratou de transparência e controle social

**A** Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) realizou, no dia 17 de março, a vigésima edição do Quintas do Saber. Com o tema "Transparência e Controle Social", o evento, que aconteceu no auditório do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em Brasília (DF), foi conduzido pela presidente da Academia, Maria Clara Bugarim, e teve a participação do ouvidor-geral da União, Gilberto Waller.

Durante o evento, o ministro da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, Torquato Jardim, e o presidente do CFC, José Martonio Alves Coelho, assinaram termo de cooperação entre as entidades.

Segundo o ouvidor-geral da União, a população já faz reclamações sobre políticas públicas em todos os lugares, mas nem sempre quem ouve estas reclamações está capacitado para responder de maneira adequada. "A população já tem o hábito de reclamar, mas quem a ouve nem sempre é capaz de transformar esta reclamação em melhoria. Esse, então, é o desafio da parceria firmada entre CFC e Ministério da Transparência: trazer a possibilidade de melhoria por alguns canais", disse Waller.

Fotografe o QR Code e confira a palestra na íntegra



# O estudante de hoje; o contador de amanhã

Por Hudson Rafael Soares Silva

O papel do contador no mundo empresarial ganhou destaque principalmente devido às novas demandas nos últimos anos. Ao longo dos tempos, criou-se o estereótipo do contador com uma visão tecnicista, que vivia cercado de papéis, calculadoras, máquinas e entre outros objetos característicos do meio, deixando à margem a visão estratégica que esse possui dentro das organizações.

Entretanto, o mercado passou a solicitar desse profissional uma visão holística dos negócios. O atendimento às exigências fiscais não são mais suficientes para se construir um contador preparado para encarar as empresas, logo, é preciso a participação direta desse no processo de tomada de decisões, garantindo, assim, atingir o objetivo primordial da Ciência Contábil.

Diante desse novo cenário, os estudantes de Contabilidade devem, desde a graduação, primar ainda mais por experiências que possam garantir essa necessidade. A importância da vivência na prática por meio de estágios supervisionados é um

importante aliado para reforçar o vínculo com a contabilidade e criar esse profissional independente desde cedo e preparado para as mudanças, de maneira que não fique restrito apenas às teorias.

Somando-se a isso, estudos recentes apontam para o surgimento de centros de conhecimento empresarial. Esses centros têm o propósito de prestar serviços com alto valor agregado e que sejam fundamentais na gestão inteligente dos negócios, nos quais o contador seja protagonista e ofereça suporte em questões tributárias, fiscais, judiciais; na governança corporativa; no desenvolvimento

de plano de negócios e no planejamento tributário e posicionamento estratégico da empresa.

Logo, a todos os contadores inseridos no mundo empresarial é imprescindível adaptar-se aos novos cenários. Seja graduandos ou graduados se faz indispensável a constante atualização por meio de cursos teóricos e práticos, congressos, MBA's, intercâmbios ou qualquer outra forma que lhe possibilite a preparação para encarar esses novos horizontes que surgem no mundo da Contabilidade.



**Hudson Rafael Soares Silva** é graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e estagiário da Coordenadoria de Controle Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI).



# Entrevista

Por Priscila Camila Gheno Propp

Começar e finalizar um curso superior é um pré-requisito para ter em vista uma carreira de sucesso. E com a concorrência no mercado de trabalho, fazer uma faculdade, sem dúvida, pode ser o primeiro passo para se conquistar diferenciais na vida pessoal e profissional.

Nesse universo, atualizar e aprimorar conhecimentos torna-se rotina para o futuro profissional. Um exemplo disso é o Programa Educação Profissional Continuada (PEPC), regido pela Norma NBC PG 12 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que vai muito além da ideia de adquirir novas habilidades em um curso ou cumprir uma obrigação legal.

Pensando nisso, a coordenadora da Comissão Jovens Lideranças Região Sul, Priscila Camila Gheno Propp, entrevistou a contadora e mestranda no programa de pós-graduação em Contabilidade da UFPR, Daniella Novak, para saber o que ela acha da necessidade de uma constante atualização, através do PEPC, e como o programa pode ser uma oportunidade de somar novos conhecimentos à carreira, em um mercado que muda cada vez mais rápido.

## Qual a sua perspectiva ao terminar a faculdade de Ciências Contábeis?

Eu vislumbro uma carreira que tem muita chance de ser de sucesso. A profissão contábil tem ganhado prestígio e importância. Vejo o desafio de estudar com muito entusiasmo, pois sei que não haverá espaço para os profissionais que não estiverem constantemente em atualização e aperfeiçoamento.

## Você sabe que hoje existe a "Educação Profissional Continuada". Qual sua visão como acadêmica?

Sei, eu acredito que isso é muito positivo para a profissão, pois sem a Educação Profissional Continuada corremos o risco de manter profissionais desatualizados no mercado.

## Hoje o que você, como estudante de mestrado, sente mais falta em aprender para levar depois sua vida profissional e por quê?

Acredito que o que ainda falta para a área contábil é um estudo mais voltado para o desenvolvimento de uma teoria da Contabilidade consistente. Ainda estamos muito direcionados à prática e muitas vezes esquecemos de nos aprofundar nos estudos conceituais.

## Vendo toda a situação hoje do nosso Brasil, como estudante de mestrado de Ciências Contábeis qual sua opinião?

Cada vez mais a Contabilidade pode contribuir para uma sociedade mais justa. A Contabilidade enquanto fornecedora de informação, tem o poder de capacitar os cidadãos a compreenderem a situação econômica do País e das empresas dos quais fazem parte. O conhecimento é a chave para a resolução dos problemas éticos que afetam o nosso país.

## Qual a sua visão do perfil do profissional da contabilidade hoje no Brasil?

O profissional da contabilidade contemporâneo deve ser dinâmico e estudioso por natureza. Quanto mais

próximo da realidade das empresas e mais atualizado, mais preparado o contador será, e poderá contribuir de forma mais ativa na tomada de decisão.

## Como estudante de mestrado, deixe sua opinião em relação à qualidade dos profissionais existentes hoje no Brasil.

Como toda profissão, temos contadores competentes e profissionais totalmente despreparados. O CFC tem feito seu trabalho ao exigir que os profissionais pratiquem a Educação Profissional Continuada. E por meio dessa atualização constante, haverá cada vez menos profissionais despreparados.

**Priscila Camila Gheno Propp** é coordenadora da Comissão Jovens Lideranças - Região Sul



**Daniella Novak** é contadora, graduada em Ciências Contábeis (UFPR). Atualmente é aluna de mestrado no programa de pós-graduação em Contabilidade

da UFPR. cursou Gestão no Instituto de Economia e Gestão (ISEG) pela Universidade de Lisboa (ULisboa), pelo programa de Mobilidade Acadêmica entre as universidades (UFPR-ULisboa). Atualmente é gestora operacional na empresa Novak Contabilidade e fez formação em Consultoria (FORCEC-SESCAP/PR-2015). É membro da Comissão Jovens Lideranças Contábeis do CRCPR.



# Uma aventura em meio a “débitos e créditos”

Por Ana Claudia Afra Neitzke

**A** minha história com a Contabilidade é o reflexo de uma grande aventura, iniciada no meu Curso Técnico em Administração. Foi um período de ruptura, que estabeleceu as bases para os episódios vindouros. A Contabilidade se mostrava sob uma luz encantadora, com todas as suas nuances e possibilidades. Foi quando decidi prestar vestibular. O período foi profícuo, mas exigiu doses intensas de determinação. Eu me recusava a aceitar a vida como estática e imutável, embora fosse tentador “assumir a derrota antes mesmo da batalha”. Pouco tempo depois, viajei de Pelotas para Rio Grande com a finalidade de ingressar formalmente na vida universitária.

Na primeira aula da disciplina de Contabilidade Introdutória, soube da possibilidade de trabalhar com pesquisas na área contábil. Em um lampejo de destemor, saí em busca de informações adicionais sobre as potenciais formas de ingresso nos projetos de pesquisa. Eu era impulsionada por um senso instintivo de urgência, que me instigava a intuir que se tratava de uma oportunidade impreterível. Estava certa. Naquele mesmo ano fui incluída em um grupo de estudos em Contabilidade. Aquela inusitada experiência desempenhou um papel central nas minhas escolhas acadêmicas futuras. Novas oportunidades irromperam nos anos

seguintes, e, para o meu fascínio, percebi que havia uma forte conexão entre o conteúdo abordado nas aulas e as práticas de pesquisa. Como consequência, adquiri o hábito de ler artigos científicos como forma complementar de aprendizado. A extensão também foi manifesta durante grande parte da minha graduação. Os projetos de extensão eram meios sublimes de aliar o conhecimento acadêmico ao ambiente de negócios. Sou infinitamente grata aos meus professores da graduação, à minha instituição e às possibilidades que obtive.

Comecei a acalantar a ideia de tentar mestrado na área em meados do meu último ano no curso de Ciências Contábeis. Era um pensamento ousado, uma vez que, na época, o único programa de pós-graduação em Contabilidade existente no Rio Grande do Sul estava assustadoramente além dos meus recursos financeiros. Já naqueles dias eu cortejava o ambiente virtual e as linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná. Era um grande sonho. Maravilhada eu observava os incríveis trabalhos publicados pelos membros do programa. Pouco tempo depois, viajei para Curitiba a fim de dar início aos meus estudos no Mestrado do PPGCont da UFPR.

O intercâmbio cultural foi uma feliz recompensa, já que a dinamicidade de pessoas e suas culturas ampliaram a minha percepção sobre as tradições e a culinária típica de diferentes regiões brasileiras. Contudo, a singularidade do programa estava na for-

ça do corpo docente aliada à excentricidade e originalidade das suas disciplinas. Percorri lugares antes desconhecidos para participar de congressos e apresentar trabalhos científicos. O programa também viabilizou a minha participação em duas disciplinas externas, sendo uma delas em outro Estado. O mestrado tornou-me uma pessoa melhor, com maior autonomia no pensar. Por tudo isso, foi com gratidão que recebi a notícia da minha aprovação no Doutorado do PPGCont da UFPR.

O Doutorado está sendo uma magnífica experiência de expansão de conhecimentos. É um momento de acentuada reflexão crítica, que instiga o desenvolvimento de pesquisas destoantes ao lugar comum. Os professores atuam como facilitadores, são guias na gênese de novos conhecimentos. As oportunidades se mostram em ritmo vertiginoso, a cada dia surgem convites para ministrar aulas, participar de seminários, palestras, cursos, disciplinas e pesquisas. A universidade é um ambiente para expansão de fronteiras, sejam elas físicas ou do próprio pensamento. Hoje, analisando toda esta aventura, tenho certeza que fiz a minha melhor escolha.

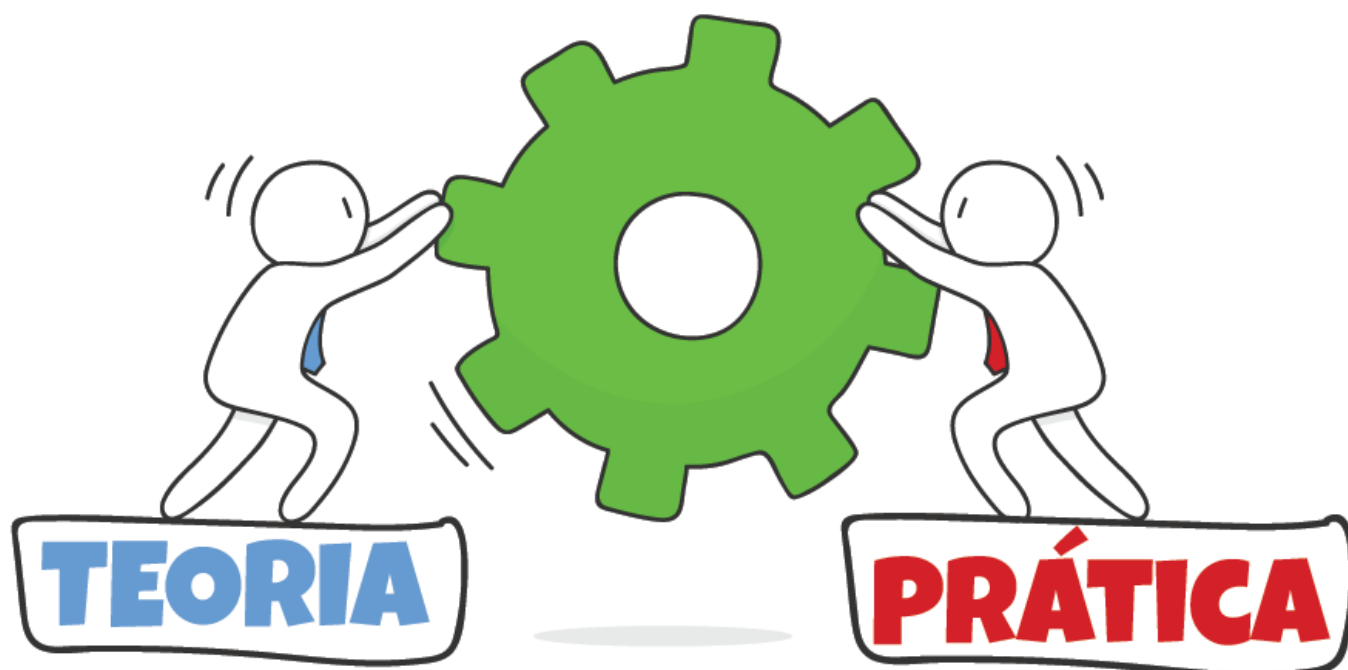


**Ana Claudia Afra Neitzke** é doutoranda do PPGCont pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Contabilidade (UFPR); graduada em Ciências Contábeis (FURG).



# Uma reflexão sobre a Teoria *versus* a Prática Contábil: o resplendor de um novo tempo no setor público

Por Leila Márcia Elias



A pergunta que não quer calar: “Na Prática é diferente, né?!” Diariamente, nos meios acadêmico e profissional, é questionada tal possibilidade e, para a nossa surpresa, alguns afirmam que sim. Mas, a resposta correta é: a Teoria anda de mãos dadas com a Prática!

A teoria pode ser definida como a parte especulativa de uma ciência (em oposição à prática), um conjunto de conhecimentos que explicam certa ordem de

fatos ou um conjunto de princípios fundamentais de uma arte ou ciência (AURÉLIO, 2016). Outros significados também são encontrados para defini-la, mas, no campo da Ciência Contábil, estas três definições são bem enquadradas.

Trata-se de uma dicotomia como a noite e o dia, o doce e o salgado, o preto e o branco, o como e o porquê, são partes contrárias e complementares: a teoria e a prática. Neste texto, apontaremos algumas reflexões que permeiam a importân-

cia da teoria no exercício profissional da contabilidade no setor público.

No geral, quando se refere ao desempenho profissional da Contabilidade na gestão pública, o aspecto prático sobressai diante do teórico devido à exigência legal. O foco exclusivo ao trabalho laboral e as rotinas dos órgãos atreladas às normas, às leis e às regras acabam envolvendo o dia a dia da profissão numa visão limitada, inibindo o julgamento crítico, impossibilitando a capacidade de

pensar por si só e muitas vezes o entendimento de supostas verdades como situações verdadeiras.

Reis (págs. 37-48, 2006) afirma que o equívoco na interpretação de dispositivos da legislação contribui para o aparecimento de dificuldades e/ou obstáculos que levam os responsáveis pela Contabilidade das entidades governamentais a cometerem erros, ainda que não intencionais, mas que distorcem as informações sobre a situação patrimonial.

Por muito tempo no setor público, o atendimento a legislação fez com que a prática fosse colocada acima da essência da teoria contábil. Com a edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em 2008, reforçando os fundamentos contábeis e a aplicação deles no setor governamental, constatou-se a grande distância entre “o como” e “o porquê”, detectando um detrimento na situação patrimonial dos entes governamentais.

Tal conduta ocasionou entraves e distorções na evidenciação do patrimônio público, possibilitando uma interpretação equivocada da informação contábil, tais como: a ausência do reconhecimento da receita tributária, ou não, das obrigações e das provisões por competência, a falta de realização dos inventários de bens móveis, imóveis, ativos de infraestrutura e intangíveis, assim como o não registro dos fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamen-

“ A padronização dos entendimentos contábeis entre os níveis federal, estadual e municipal também foi muito afetada, representando um exemplo emblemático desta situação, ofuscando e impossibilitando a transparência dos atos e fatos registrados. ”

tária, tais como depreciação, amortização, exaustão.

Como selecionar a melhor opção sem o correto valor econômico evidenciado? A obtenção de informações úteis e relevantes para a tomada de decisão estava totalmente comprometida. Da mesma forma que a teoria só possui valor se

houver aplicação, por sua vez, a prática só acrescentará valor se for sustentada pela teoria.

A padronização dos entendimentos contábeis entre os níveis federal, estadual e municipal também foi muito afetada, representando um exemplo emblemático desta situação, ofuscando e impossibilitando a transparência dos atos e fatos registrados. Este fato foi superado com a adoção de um Plano de Contas único e procedimentos patrimoniais definidos pelo órgão central de contabilidade, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), conjuntamente com o CFC.

Atrelada ao processo de mudança das normas de contabilidade no setor público, surge com grande força a necessidade de atualização sistemática dos contadores que atuam na administração pública, diversos seminários e encontros foram realizados massificando os termos teóricos que a partir de então passaram a fazer parte da prática contábil no setor público. Uma grande aliada neste processo foi a inovação tecnológica, que facilitou a implantação das mudanças, garantindo uma implementação efetiva e adesão aos novos procedimentos recomendados tanto pelo CFC quanto pela STN por meio das normas e portarias, respectivamente.

Interessante atentar que ainda se tem muito por fazer; diversas normas encontram-se em audiências públicas para contribuições do meio profissional com as suas atividades (a prática), as quais determinam as alterações em suas representações (a teoria) sobre a realidade. Por isto, a reflexão entre a teoria e a prática é importante, pois permite a transformação das representações das ações sobre a realidade, neste momento de contribuições.

Reciprocamente, as mudanças nessas representações possibilitam novas formas de atividade, em um processo contínuo





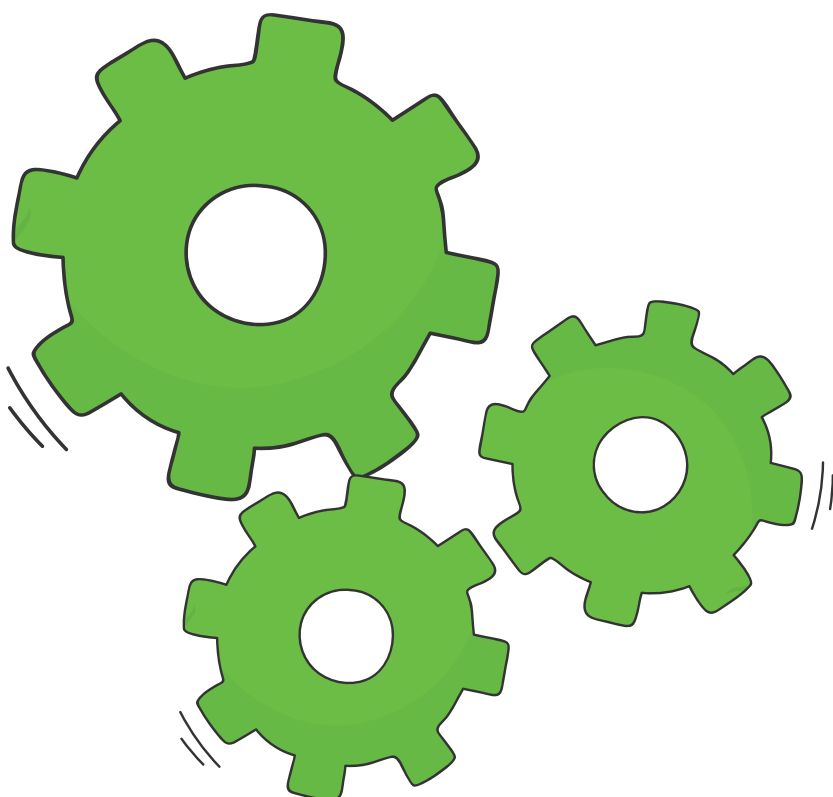
de transformação mútua e unitária (Filho, 1996).

A reflexão representa o pensamento crítico que se deve manter diante da prática em contraposição à teoria. O excesso de formalidade e a interpretação da legislação nas entidades governamentais devem ser realizados à luz dos conhecimentos teóricos. Não se pode mais cometer os mesmos erros do passado, mas usá-los como exemplos no sentido de aprimorar a prática. Trata-se de um novo tempo, um esplendor no setor público.

Nesse contexto, a formação dos profissionais que atuam na área pública é considerada um processo contínuo e reflexivo, pautado não somente nos aspectos legais e técnicos, mas no entendimento e aplicação dos conhecimentos contábeis de forma teórica, acompanhando as mudanças que o mercado exige.

É importante ressaltar que a capacidade técnica dos responsáveis pela execução dos procedimentos teorizados deve ser devidamente motivada para que a mudança dos procedimentos práticos seja implementada, conforme dita a teoria.

“ O excesso de formalidade e a interpretação da legislação nas entidades governamentais devem ser realizados à luz dos conhecimentos teóricos. Não se pode mais cometer os mesmos erros do passado, mas usá-los como exemplos no sentido de aprimorar a prática. ”



E, finaliza-se esta reflexão com as sábias palavras do contador e poeta Fernando Pessoa: “Toda a teoria deve ser feita para poder ser posta em prática, e toda a prática deve obedecer a uma teoria. Só os espíritos superficiais desligam a teoria da prática, não olhando a que a teoria não é senão uma teoria da prática, e a prática não senão a prática de uma teoria” (PESSOA, 1926).

#### REFERÊNCIAS

AURÉLIO. Dicionário do Aurélio. Dicionário do Aurélio, 23 jan. 2016. Disponível em: <[www.dicionariodoaurelio.com/teoria](http://www.dicionariodoaurelio.com/teoria)>.

FILHO, Carol Kolyniak. Palestra Teoria, prática e reflexão na formação do profissional em educação física, proferida na USP. Motriz. v. 2, n 2, Dezembro.1996.

PESSOA, Fernando. Sistema de Normalização Contábilística, Vida Econômica, pag. 88, 2010. Revista do Comércio e Contabilidade, 1926.

REIS, Heraldo da Costa. Regime de caixa ou de competência: eis a questão. Revista de Administração Municipal-Municípios, Rio de Janeiro, v. 52, n. 260, p. 37-48, out./dez. 2006.



**Leila Márcia Elias** é contadora e membro da Abracicon. Doutoranda em Gestão e Desenvolvimento Regional. Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional. Professora e autora de artigos científicos na área pública e ambiental.



# Faculdade Salesiana do Nordeste: tradição que evolui com você

**A** Faculdade Salesiana do Nordeste (Fasne), como representante da presença Salesiana na dimensão do ensino superior, projeta a filosofia das Instituições Salesianas de Ensino Superior (IUS), apresentando como compromisso a busca da formação integral e continuada de cidadãos, cujo perfil contemple as dimensões da formação técnico-científica, social, da formação das boas atitudes no campo da moral e da ética.

O curso de graduação em Ciências Contábeis da Fasne, seguindo a filosofia Salesiana, tem a preocupação de atender às necessidades da sociedade com uma visão crítica e responsável. O curso de Ciências Contábeis da entidade apresenta a seguinte evolução legal:

- Em 2000, o curso foi autorizado pela Portaria SERES/MEC n.º 177, de 23 de fevereiro de 2000.
- Em 2005, foi reconhecido pela Portaria SERES/MEC n.º 813, de 11 de março de 2005.
- Em 2013, teve renovação de reconhecimento pela Portaria SERES/MEC n.º 705, de 18 de dezembro de 2013.
- Em 2017, obteve renovação de reconhecimento pela Portaria SERES/MEC n.º 270, de 3 de abril de 2017.

Todos os docentes do curso de Ciências Contábeis da Fasne possuem considerável experiência acadêmica e profissional,

bem como em sua qualificação (mais de 85% dos docentes stricto sensu, segundo o CENSO 2016).

A Faculdade dispõe de um Núcleo de Práticas de Administração e Ciências Contábeis (NPAC), a fim de proporcionar aos acadêmicos uma melhor articulação entre teoria e prática, com intuito de fortalecer os conhecimentos para o mercado de trabalho por meio das seguintes ações: Extensão; Educação Financeira; Fasne Solidária; Minuto Empreendedor Fasne; Administração em Foco, Apoio à Responsabilidade Socioambiental e Inclusão Social, entre outras ações.

A Faculdade Salesiana oferece aos docentes e discentes amplas infraestruturas



multimídia, composta por *Datashow* e *notebook* conectado à internet em todas as salas de aula, laboratório de informática e Base de dados Econômica, que visa incentivar e qualificar a pesquisa acadêmica.

Sobre a pesquisa acadêmica, é importante ressaltar que se trata de uma atividade incentivada pelos docentes e pela Faculdade, que oferece estrutura física, base de dados Econômica e um Livro intitulado "Caderno de Estudos", que publica artigos científicos de administração e contabilidade dos docentes e discentes para propagar e incentivar a pesquisa na instituição.

A Faculdade Salesiana participa do "Circuito Universitário" da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e recepciona a Semana Nacional de Educação Financeira (Semana Enef), que visa promover a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef) promovida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef).

Parceira do Conselho Regional de Contabilidade (CRCPE), a Faculdade recepcionou, em abril de 2017, o II Encontro dos Jovens contabilistas e Integração Estudantil, que reuniu jovens estudantes e profissionais para um evento repleto de informação, conhecimento e debate sobre Registro, Exame de Suficiência e Simples Nacional. Além de realizar uma palestra sobre "Mercado de Trabalho para o profissional contábil: oportunidades e desafios", celebrando o mês dos profissionais da contabilidade.

A Fasne pretende ser um espaço de intercâmbio social e solidário com instituições que realizam trabalhos de apoio e resgate humanitário. Neste sentido, criou a 'Fasne Solidária', que tem a intenção de sensibilizar os seus alunos para um engajamento social e solidário, promovendo espaço de troca de conhecimento entre a comunidade acadêmica e as instituições envolvidas na ação.

# Depoimentos

## Docente



**Prof. Ma. Isabela Guerra do curso de Ciências Contábeis desde 2013.**

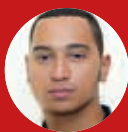
"Como docente do curso de Ciências Contábeis da Fasne, sinto-me extremamente gratificada em trabalhar para uma instituição que valoriza os seus profissionais, que preza pela ética e pelos princípios morais. A Fasne é, sem dúvidas, uma instituição de expressão."

## Alunos



**Adriana Medeiros da Silva - Graduada em Ciência Contábeis**

"Falar da Fasne é um prazer enorme, instituição com professores qualificados e preparados para nos transformar em excelentes profissionais. Os docentes, além de serem altamente qualificados, estão totalmente dispostos a tirar as dúvidas e orientar os alunos, com uma dinâmica de ensino que envolve os alunos de tal maneira que torna prazeroso estudar e desperta em nós (alunos) o desejo de buscar sempre o nosso melhor, tanto no profissional como no pessoal. Posso assegurar que a qualidade e dedicação de cada professor ajudou diretamente a minha aprovação no exame de Suficiência Contábil (CRC) e meu ingresso no mercado, onde já atuo na área contábil há 3 anos. A coordenação é excepcional, conhece cada aluno e os chama pelo nome, tornando o ambiente ainda mais acolhedor. Eu não poderia ter escolhido melhor! Sinto-me imensamente feliz e grata por ter feito parte dessa instituição."



**Joemir Alberto dos Santos filho – Curso Ciências Contábeis – 5º Período.**

Estou cursando Ciências Contábeis na Faculdade Salesiana do Nordeste há 2 anos e, diante disso, posso garantir que estou sendo preparado em uma das melhores instituições de ensino do Recife. Sou ministrado por uma equipe de docentes altamente qualificados e apaixonados pelo que fazem, sem contar com a gigantesca estrutura física que a Fasne oferece, favorecendo um ambiente agradável. Minha academia, através de cursos de extensão, palestras e eventos na área de contabilidade, faz de mim um forte candidato para o mercado de trabalho, além do mais enriquece meu conhecimento acadêmico e profissional. Nem tudo são flores, porém a equipe Salesiana planta sementes na esperança de melhorar a cada dia e tornar-se uma instituição que transforme vidas e seja uma referência no ensino superior.

A Faculdade promove mesas redondas com temas relevantes e atuais, como PL 4330/04 da Terceirização, Crime Cibernético, Tráfico de Pessoas, Ética, Lei n.º 11.340/06 (Lei Maria da Penha) e Discriminação Racial, que visam estimular o posicionamento crítico. Assim como, oferece palestras e cursos de extensões sobre temas específicos da área contábil e da

gestão, como "Irrecuperabilidade dos ativos", Plano de Negócios, Consultor como ferramenta estratégica da gestão, Cálculo Trabalhista e Inteligência Competitiva.

Por fim, enfatizamos que a Fasne é uma instituição acadêmica atualizada e atenta às demandas dos discentes, dos docentes, do mercado de trabalho e da sociedade.

# Aspectos teóricos da contabilidade pública como instrumento de empoderamento social: informações úteis aos *shareholders* do Estado

Por Antonio Gonçalves de Oliveira e Sônia Maria Augustinho



**E**m trabalho publicado na edição n.º 12 desta Revista, destaquei a relevância da Contabilidade como ferramenta essencial para a efetividade da governança pública, considerando ser aquele momento propício para a temática, haja vista a latência com que se publicizava, nos mais diversos canais de comunicação, temas como contabilidade criativa, governança pública, governabilidade, pedaladas fiscais e, obviamente, como ainda o é nos dias atuais, a corrupção que tanto assola o patrimônio público.

Sem fugir do tema intencionado na edição de n.º 12, em continuidade, neste estudo, em parceria com a contadora pú-

blica Sonia Maria Augustinho e baseados em artigo que publicamos na Revista de Informação Contábil (RIC) do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis da UFPE, tratamos da relevância da Ciência da Contabilidade no empoderamento social para o controle da gestão da coisa pública, que, em essência, pertence ao povo, seu acionista (*shareholder*) majoritário.

Aliás, aqui abrimos um parêntese para justificar o emprego do termo “acionista” ao povo como “proprietário” do patrimônio público, corroborando o entendimento do professor Valmor Slomski, no sentido de que o pagamento dos tributos para o financiamento das atividades (operação) do Estado, respeitadas ilações con-

trárias, pode ser entendido como uma espécie de integralização de capital, cujo retorno se espera na forma de “lucro social”, mediante a materialização de políticas públicas com prestação de serviços essenciais de qualidade, cumprindo-se, assim, o papel constitucional do Estado. Melhor explicando, a necessidade de regular a convivência do homem com seus semelhantes fez surgir o Estado, que, para efetivar seus fins na realização do bem comum, organiza-se na forma de governo e se estrutura por meio da administração pública. Em decorrência, constituído o convívio social organizado, nasceu a necessidade de tributar a sociedade como forma de sustentar o bem comum (AUGUSTINHO e OLIVEIRA, 2014).

Registre-se que a Contabilidade enquanto ciência, in casu, aquela aplicada ao setor público, atuando sobre o estudo e o controle do patrimônio público, o faz a partir das técnicas a ela aplicáveis, especialmente a escrituração e as demonstrações financeiras, que, finalisticamente, são os elos entre o estado gerador e o povo receptor das informações patrimoniais úteis ao processo de controle social.

Neste matiz, as ações governamentais, transformadas em números, formam um conjunto de peças contábeis que estruturam a prestação de contas dos agentes públicos. Desta forma, pode-se dizer que a Ciência Contábil é protagonista, como mediadora e esteio das diversas formas de que se reveste o controle a que se encontra submetida a administração pública, o que permite ponderar que a contabilidade pública é ferramenta de controle social e de empoderamento da sociedade no exercício da democracia e da participação, mesmo que indireta, na gestão da (res)pública (AUGUSTINHO e OLIVEIRA, 2014).

Não obstante, a efetividade do controle social é função correlacionada do acesso e compreensibilidade (publicidade versus transparência) da informação gerada pela contabilidade, consoante ao positivado na Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor (NBC T) 16.1, a qual assevera a instrumentalização do controle social como sendo:

(...) o compromisso fundado na ética profissional, que pressupõe o exercício cotidiano de fornecer informações que sejam compreensíveis e úteis aos cidadãos no desempenho de sua soberana atividade de controle do uso de recursos e patrimônio público pelos agentes públicos.

E mais, na mesma toada, a mesma Norma Técnica dá destaque à função social da Contabilidade Aplicada ao Setor Pú-

blico, registrando que esta “deve refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social.” (NBC T) 16.1.

---

“ Máxime que um dos objetivos da Contabilidade (enquanto sistema – visão sistêmica) é fornecer aos administrados, informações sobre as mutações que ocorrem no patrimônio das entidades (...) ”

---

Assim, respeitadas suas (de)limitações, como se vê ao longo deste trabalho, a contabilidade aplicada ao setor público, pode ser compreendida como instrumento de suporte de qualidade à instrumentalização do controle social na medida em que essas informações sejam compreensíveis e significativas para o cidadão, sendo presumível, em contrário *sensu* que o problema está em como tornar a terminologia da Ciência Contábil acessível à compreensão do cidadão e por conseguinte útil à atividade de controle do administrado sobre o Estado (AUGUSTINHO e OLIVEIRA, 2014).

## **2. A contabilidade como sistema de informação na gestão da coisa pública**

De pronto, registre-se que Kohama (2010, p.25) assevera que a contabilidade

de aplicada ao setor público, coloquialmente chamada de contabilidade pública, é “o ramo da Contabilidade que estuda, orienta, controla e demonstra a organização e execução da Fazenda Pública; o patrimônio público e suas variações”.

O autor (KOHAMA, 2010) em suas posições mostra-se aderente à Mota (2009, p.222), o qual, por sua vez pontua, em alusão à Lei n.º 4.320/1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, que:

a Contabilidade Pública é o ramo da Ciência Contábil que aplica na Administração Pública as técnicas de registro dos atos e fatos administrativos, apurando resultados e elaborando relatórios periódicos, levando em conta as normas de Direito Financeiro (...), os princípios gerais de finanças públicas e os princípios da Contabilidade.

No matiz, enquanto sistema de informação, tem-se na exegese dos artigos 29 e 89 da referida Lei n.º 4.320/1964 que a Contabilidade é encarregada de acompanhar a execução da receita orçamentária, descrevendo que “caberá aos órgãos de Contabilidade organizar demonstrações mensais da receita arrecadada para servirem de base à estimativa da receita, na proposta orçamentária...” e também que “a Contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira, patrimonial e industrial.” (OLIVEIRA, CARVALHO e PERETTI, 2013).

Máxime que um dos objetivos da Contabilidade (enquanto sistema – visão sistêmica) é fornecer aos administrados informações sobre as mutações que ocorrem no patrimônio das entidades (públicas e privadas), possibilitando a prestação de contas à sociedade (*accountability*) – responsabilidade social

– de forma transparente, tempestiva e inteligível (*disclosure*).

Oliveira, Carvalho e Peretti (2013) discutem a visão sistêmica aplicada à contabilidade aplicada ao setor público, visualizando-a como um sistema aberto, sendo que, para uma melhor compreensão, buscam em Kroetz, Mattos e Fontoura (1998, p. 20-28) o entendimento de que:

(...) é de todos conhecida a similitude entre a empresa e um organismo vivo. Neste organismo, podemos distinguir um cérebro, encarregado das decisões; os membros, encarregados da ação; o sistema nervoso, que se incumbem de transmitir o comando do cérebro para os membros e as informações dos sentidos para o cérebro.

Assim, não basta ter um bom sistema nervoso se o cérebro não responde aos estímulos e vice-versa. O serviço público, para sua funcionalidade, depende de uma boa administração, assessorada pela Contabilidade Pública como fonte de informações úteis aos processos de gestão, destacando-se a necessidade de utilização, por parte dos gestores e dos administrados (empoderamento social), das informações produzidas pelo sistema de informação contábil, uma vez que, recebendo e processando dados internos e externos, cabe à contabilidade pública cumprir sua responsabilidade social (*accountability*), informando à sociedade e demonstrando como as ações adminis-

trativas podem interferir no sistema global (*disclosure*). (OLIVEIRA, CARVALHO e PERETTI, 2013).

### 3. O controle social no setor público

O dever de prestar contas compreende a responsabilidade dos gestores públicos e busca comprovar e dar conhecimento, por meio da apresentação das contas públicas, da boa e regular utilização dos recursos públicos, o que, evidentemente, demanda controle e fiscalização dos atos do Estado (AUGUSTINHO e OLIVEIRA, 2014), lembrando que a ação societal sobre os atos e as contas da administração pública não é fato novo, pois esta encontra guarida já em 1789 na Declaração dos Direitos dos Homens e dos Cidadãos, que traz no seu Art. 15 que: [...] "a sociedade tem o direito de pedir contas a todo o agente público pela sua administração" (FRANÇA, 1789).

Na verdade, a relação entre o Estado e a sociedade, particularmente quanto ao exercício da cidadania, pressupõe não apenas direitos e deveres perante o Estado, mas também uma maior interação e participação na administração governamental, sob a égide da soberania popular. Assim, visto que, por força constitucional, em muitos momentos, o povo se faz representar no exercício de seu poder; a prestação de contas é condição inerente a todo aquele que exerce, em qualquer dos poderes, a expressão da vontade popular (AUGUSTINHO e OLIVEIRA, 2014).

As palavras de Di Pietro (2001, p.735) sobre o controle social, tendo em vista a obrigação legal do agente público em prestar contas, bem como a sua inserção em perspectiva da *accountability*, assevera que ele tem origem na responsabilidade de delegação de poder, emanada pela sociedade, e que:

embora o controle seja atribuição estatal, o administrado participa dele à

medida que pode e deve provocar o procedimento de controle, não apenas na defesa de seus interesses individuais, mas também na proteção do interesse coletivo. A Constituição outorga ao particular determinados instrumentos de ação a serem utilizados com essa finalidade. É esse, provavelmente, o mais eficaz meio de controle da Administração Pública: o controle popular (nosso grifo).

De forma mais substantiva à pontuação de Di Pietro (2001), Lima (2008, p.20) destaca que o controle social tem origem e é exercido desde o processo de elaboração das políticas públicas, por exemplo, mediante consulta e audiências públicas, até o acompanhamento e monitoramento de sua execução, sendo que transparência e participação na gestão pública são fatores essenciais para o controle efetivo da sociedade sobre a gestão pública.

Entretanto, para que seja efetivo, o controle social precisa que a qualidade da transparência (mais que a publicidade constitucional) e a própria publicidade informacional da gestão pública, materializadas pela contabilidade e suas técnicas, especialmente a escrituração e as demonstrações financeiras, desperte e possibilite a consciência da sociedade para o exercício da cidadania.

Para Torres (2004, p. 42), em alusão aos níveis de corrupção pública, a relação entre controle social e transparência é condição e requisito do controle da sociedade sobre o Estado, uma vez que correlacionamente, "com o aumento da transparência das ações estatais, os mecanismos de controle social são aumentados, com impactos positivos sobre a responsabilização dos governantes, o que necessariamente leva à diminuição dos níveis de corrupção praticados no setor público".

Nesse lume, buscando em Augustinho e Oliveira (2014), tem-se que a prestação



de contas dos agentes públicos materializa-se por meio de seus principais e mais relevantes documentos de evidência (*disclosure*): as demonstrações contábeis, cujo conteúdo revela a execução do orçamento público, autorizado indiretamente pela sociedade, ou seja, por meio de seus representantes, para a efetiva consecução das políticas públicas, e a contabilidade aplicada ao setor público, que contribui para aplicação da *accountability* pública no que concerne à responsabilidade e à responsabilização do gestor público quando de sua obrigatoriedade em prestar de contas.

#### 4. Conclusões

O presente estudo se encerra após cumprido o interesse que o norteou, qual seja o de descrever aspectos teóricos da contabilidade pública como instrumento de empoderamento social a partir de informações úteis geradas aos *shareholders* do estado.

De todo o exposto, e respeitada sua (de)limitação, depreende-se que apenas compreender a terminologia básica da contabilidade não é suficiente para se conhecer a realidade da gestão dos recursos públicos. Faz-se necessário que os resultados sejam contextualizados e esclarecidos por meio da análise e da interpretação dos relatórios contábeis e apresentados em uma linguagem acessível à compreensão do cidadão.

Finalmente, e por sua vez, a compreensibilidade, consoante Augustinho e Oliveira (2014), depende não apenas do entendimento da terminologia básica da contabilidade pública, mas também da análise e interpretação dos resultados, em linguagem de fácil compreensão, de forma a adequar a mensagem contábil às características e necessidades do principal acionista do Estado, o cidadão, subsidiando-o à efetivação do controle social.

#### Referências

AUGUSTINHO, S. M.; OLIVEIRA, A. G. A Informação Contábil Pública como Instrumento de Controle Social: a percepção de líderes comunitários da cidade de Curitiba. *Revista de Informação Contábil*. v. 8, n. 2, p.49-68, Abr-Jun/2014.

BRASIL. Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 04 maio 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Disponível em: <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2008/001128](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001128)>. Acesso em: 17 mar. 2017.

DECLARAÇÃO dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789). Disponível em: <[www.oo-cities.org/marceloewa/Declaracao\\_Direitos\\_do\\_Homem.doc](http://www.oo-cities.org/marceloewa/Declaracao_Direitos_do_Homem.doc)>. Acesso em: 17 mar. 2017.

DI PIETRO, M. S. *Direito Administrativo*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

KOHAMA, H. *Contabilidade pública: teoria e prática*. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KROETZ, C. E. S.; MATTOS, W. C.; FONTOURA, J. R. Aplicação da teoria geral dos sistemas à contabilidade. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, v.27, n.114, p.20-28, nov./dez 1998.

LIMA, L. H. *Controle Externo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

MOTA, F. G. L. *Contabilidade aplicada ao setor público*. Brasília: Coleção Gestão

pública, 2009.

OLIVEIRA, A. G.; CARVALHO, H. A.; PERRETTI, D. Governança Pública e Governabilidade: *accountability* e *disclosure* possibilitadas pela contabilidade aplicada ao setor público como instrumento de sustentabilidade do estado. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*. Brasília, v.7, n.1, p.91-104, jan./mar. 2013.

SLOMSKI, V. *Controladoria e Governança na Gestão Pública*. São Paulo: Atlas, 2009.

TORRES, M. D. F. *Estado, Democracia e Administração Pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.



**Antonio Gonçalves de Oliveira**

é contador, doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor do Departamento Acadêmico de Gestão e Economia, dos Programas de Mestrado em Planejamento e Governança Pública (PGP), e em Administração (PPGA) pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).



**Sônia Maria Augustinho** é

contadora e mestre em Planejamento e Governança Pública pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

# Aceitação de tecnologias digitais (SPED) por parte dos contadores

Por Lieda Amaral de Souza, Breno Bezerra de Farias, Dartanhan Henrique Guerra Campos e José Padilha-Neto



**E**ste estudo teve por objetivo investigar os benefícios e dificuldades percebidos pelos contadores acerca da adoção do Sistema Público de Escrituração Digital [SPED], identificando os possíveis fatores que influenciam a decisão dos usuários em aceitar o uso do SPED, quer seja pela utilidade percebida ou pela facilidade de uso; e a consequente intenção de uso do SPED por parte dos contadores. Há na literatura várias teorias que tentam prever o impacto da tecnologia no comportamento humano. Porém, essa pesquisa optou pelo modelo de aceitação tecnológica [TAM], por ser um modelo apropriado ao problema da pesquisa e ter a vantagem de possuir uma sólida base teórica, além de instrumento de pesquisa validado e referendado na comunidade acadêmica. Nesse estudo aplicou-se um questionário do tipo *survey* a 186 contadores e os dados foram analisados por meio de análise multivariada por meio do método de modelagem de equações estruturais pelo modelo de estimação de ajuste de mínimos quadrados parciais

[MEE-PLS]. Os achados da pesquisa revelam que a facilidade de uso do SPED influencia diretamente na sua utilidade percebida, mas não influencia na intenção de uso deste.

Palavras-Chave: SPED; Contabilidade Digital; Teoria da Aceitação Tecnológica; MEE-PLS.

## 1 Introdução

A origem da Contabilidade se relaciona às primeiras atividades de comércio, desempenhadas pela população fenícia, não somente eles, outras importantes cidades europeias também o faziam. Com o passar dos tempos, a Contabilidade evoluiu, deixando de dar ênfase apenas a números, para se tornar uma ciência social, importante e necessária ao desenvolvimento das organizações empresariais. Acompanhando a

evolução do ambiente tecnológico empresarial, as práticas contábeis se modernizaram e a contabilidade inseriu-se no mundo digital dos sistemas de informações empresariais. O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) surgiu com a proposta de reduzir tempo, papel e burocracia. À medida que a sociedade digital evoluiu, o contador precisou acompanhar os novos conceitos e atualizações que o mercado exigia.

O SPED merece especial atenção pelos contabilistas. Há várias mudanças que já estão em pauta para a Escrituração Contábil Digital [ECD] e para a Escrituração Fiscal Digital [EFD]. Em síntese, todo o progresso alcançado agrega enorme valor ao profissional da área contábil, que, em meio à transmutação da área, tem que se atualizar e ser mais técnico, conhecedor não somente da parte contábil, bem como das tecnologias.



A Ciência Contábil tem por objetivo principal não apenas informar os dados fiscais, mas também aspectos econômicos e gerenciais aos quais as empresas estão sujeitas. Programas inteligentes e máquinas pensantes estão revolucionando a totalidade do trabalho, possibilitando a realização de tarefas com mais precisão e agilidade com redução de gastos com papel e gastos com pessoal. Este estudo tem por objetivo analisar o nível de aceitação e uso do SPED por parte dos contadores, mediante uso do modelo de aceitação tecnológica [TAM]. Para alcançar dos objetivos da pesquisa, pretende-se investigar os fatores que explicam a intenção de uso efetivo do SPED e identificar os possíveis fatores que influenciam a decisão dos usuários em aceitar a utilização efetiva do SPED.

Há várias teorias que buscam prever o impacto da tecnologia no comportamento humano. Porém, essa pesquisa optou pelo modelo de aceitação tecnológica (TAM), por ser aplicável ao problema da pesquisa, posto que é específico para contextos de sistemas de informação e ter a vantagem de possuir uma base teórica sólida, além de instrumento de pesquisa validado e referendado na comunidade acadêmica. Compreender os motivos, benefícios e dificuldades relacionados à implantação do SPED será de grande utilidade prática para o exercício profissional da contabilidade. Por outro lado, os resultados da pesquisa permitirão aos coordenadores acadêmicos dos cursos de Ciências Contábeis e aos órgãos de classe da categoria profissional, aperfeiçoando o conteúdo programático das práticas de laboratório em contabilidade.

## 2 Referencial Teórico

Em meio à necessidade que a globalização traz com os avanços científicos e tecnológicos, vem em conjunto a necessidade de inovar e complementar os novos processos, os empresários e o Fisco

perceberam que deveriam acompanhar o novo cenário de modernização com a finalidade de aumentar o nível de interação ou integração e compartilhar informações com segurança. Vislumbrando melhorar os controles e obter avanços nesse meio, foi criado o Sistema Público de Escrituração Digital [SPED], no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal do Brasil [PAC], em que a mudança no método da escrituração e obrigações acessórias evoluiu da chamada era de papel, para entrar numa era digital, fazendo com que a informação fosse processada de forma mais rápida, confiável e de fácil acesso às entidades responsáveis.

“Compreender os motivos, benefícios e dificuldades relacionados à implantação do SPED será de grande utilidade prática para o exercício profissional da contabilidade.”

### 2.1 Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

O SPED é uma ferramenta que unificou os processos e atividades que compõem a escrituração contábil e fiscal. Instituído em 2007 por meio do Decreto n.º 6.022 (2007), visava unificar e digitalizar a escrituração pública contábil e fiscal, direcionado aos empresários e às pessoas jurídicas, posto que as principais diretrizes do SPED abrangem os empresários e as sociedades empresárias. Os contadores,

por sua vez, para fazer a validação das informações transmitidas, devem utilizar assinatura digital com certificação digital no padrão ICP-Brasil. Entre as rotinas trazidas à contabilidade a que os contadores foram submetidos, encontra-se a identificação dos dispositivos legais para registrar adequadamente as escriturações fiscal e contábil digital. Embora o contribuinte seja o real responsável legal pela guarda dos arquivos.

Anteriormente ao processo de digitalização da escrituração por meio do SPED, as empresas eram obrigadas salvaguardar seus documentos e livros fiscais autenticados para posterior apresentação ao Fisco quando requisitados. No atual contexto, com o advento do SPED Fiscal, os documentos fiscais e outras informações de interesse do fisco federal e estadual são enviados mensalmente por via eletrônica. A Escrituração Fiscal Digital (EFD) busca unificar as escriturações de documentos fiscais e informações relacionadas ao interesse dos fiscos das unidades federais e da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). Esse processo se iniciou com um projeto piloto da emissão da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e e depois de algum tempo tornou-se obrigatória à utilização do referido programa. Segundo Duarte (2011, p. 118), “A EFD é extremamente detalhada”. A tabela de registros possui mais de 100 tipos diferentes, com o nível de exigibilidade em relação às informações solicitadas pelo Fisco. O objetivo é melhorar o controle sobre os contribuintes e isso permitirá ao Fisco verificar se a empresa utiliza meios operacionais ilícitos. Estas informações são de grande importância para RFB no que diz respeito à tributação, tendo em vista que os impostos necessitam de valores exatos. Para o Fisco estadual, por sua vez, é importante ter o controle dos estoques das empresas, visando prevenir o surgimento ou desaparecimento de mercadorias dos estoques dos contribuintes.

A implantação da ECD trouxe mudanças

Figura 1. Modelo TAM



Fonte: elaborado a partir de Davis (1989)

significativas ao cenário mercadológico da contabilidade. As empresas e contadores passaram a ter uma preocupação adicional com as funcionalidades e informações geradas pelos sistemas informatizados de forma a produzir as informações contábeis digitais, tendo em vista que são documentos que contêm informações que demandam segurança e os *softwares* utilizados precisam garantir a integridade desses dados (CLETO & OLIVEIRA, 2010). Neste cenário surge a preocupação com o nível de adaptação e aceitação dos contadores ao novo cenário tecnológico legalmente imposto.

## 2.2 Modelo de Aceitação Tecnológica (TAM)

O *Technology Acceptance Model* [TAM], ou modelo de aceitação de tecnologia, foi proposto por Davis nos anos 80, para focar no porquê de os usuários aceitarem, ou não, uma tecnologia. Davis (1989) conduziu uma pesquisa de campo em um grupo de 112 usuários na IBM e em 40 estudantes de pós-graduação da Universidade de Boston. O TAM foi validado com base na aceitação de um *software* editor de textos pelos respondentes da pesquisa (Davis, 1989; Sá, 2006). Davis (1989) constatou que a utilidade percebida teve um impacto maior no comportamento do que na facilidade de uso percebida. O modelo TAM foi projetado com o propósito de compreender quais fatores levam os usuários os usuários a usar novas tecnologias, procurando com-

preender o comportamento destes à luz da utilidade e facilidade de uso percebida por estes. O modelo foi projetado para um melhor entendimento do comportamento dos usuários de tecnologia de informação quanto à sua aceitação a uma certa tecnologia e seu efetivo uso (DAVIS, 1989; DAVIS, BAGOZZI, & WARSHAW, 1989).

Para Davis (1989), o usuário adota ou não uma tecnologia com desejo de melhorar seu nível de desempenho (utilidade percebida). Porém, mesmo conhecendo sua utilidade, se sua utilização não for de fácil compreensão, o indivíduo tenderá a não usar tal tecnologia. A relação entre atitude e intenção de uso, mostra que as pessoas são predispostas a desenvolver a ação para desempenhar as funções que eles acham positivas, enquanto a utilidade percebida e intenção de uso parte do princípio que os indivíduos têm intenções comportamentais se acreditarem que melhorarão seu desempenho funcional (DIAS, SILVA, DELFINO JR, & ALMEIDA, 2011; SILVA, 2008; DAVIS ET AL., 1989). O modelo de aceitação à tecnologia proposto por Davis (1989) encontra-se apresentado na Figura 1, as setas indicam os fatores contemplados no modelo (LIMA JUNIOR, 2006; VILAR, 2013).

A despeito do Modelo de Aceitação Tecnológico ser utilizado para entender o motivo de as pessoas aceitarem usar tecnologias, tentando prever e explicar seu comportamento, o modelo igualmente se

presta a identificar o porquê dos fatores da sua aceitação ou não aceitação (DAVIS, 1989; DAVIS et al., 1989).

As hipóteses utilizadas neste estudo decorrem do modelo de Davis (1989), a saber:

- H1. A Facilidade de Uso do SPED influencia positivamente sua Utilidade Percebida.
- H2. A Facilidade de Uso do SPED influencia positivamente a Intenção Comportamental
- H3. A Utilidade Percebida acerca do SPED influencia positivamente a Intenção Comportamental
- H4. A Intenção Comportamental influencia positivamente o Uso Atual do SPED.

## 3 Procedimentos Metodológicos

O cálculo amostral se baseou nas diretrizes propostas por autores da área. Segundo Hair Jr., Black, Babin, Anderson, & Tatham (2009), para se determinar o tamanho mínimo da amostra, por meio do método de modelagem de equações estruturais pelo modelo de estimação de ajuste de mínimos quadrados parciais [MEE-PLS], é necessário um número entre 5 e 10 vezes o número de variáveis observáveis da maior variável latente. Para Chin e Newsted (1999), o tamanho crítico da amostra é 10 vezes o maior número de indicadores, *ten times rule of thumb*, recomenda-se ainda o mínimo de casos entre 30 e 100. Esta pesquisa obteve uma amostra de 186

casos, portanto, atende as recomendações dos autores referendados. O uso da MEE-PLS tem como vantagem o fato de possuir um excelente desempenho mesmo quando trabalhando com amostras reduzidas (CHIN & NEWSTED, 1999; REINARTZ, HAENLEIN, & HENSELER, 2009; HAIR, HULT, RINGLE, & SARSTEDT, 2014; HAIR, RINGLE, & SARSTEDT, 2011). Como instrumento de coleta de dados adotou-se um questionário com perguntas fechadas, adotando como base a escala do tipo Likert de 7 pontos, que variaram de concordo plenamente a discordo plenamente. O uso da escala do tipo Likert de 7 pontos aumenta a consistência interna e confiabilidade do instrumento, além de se ajustar melhor a estatísticas multivariadas. Além disso, recomenda-se o uso de escalas com mais itens quando os entrevistados dominam

o assunto, como é o caso dessa pesquisa (DALMORO & VIEIRA, 2013). Por utilizar-se de questionários aplicados em campo a pesquisa se configura do tipo *survey*. Segundo Machado, Maia e Labe-galini (2007, p. 62), a *survey* se define como “[...] a realização de uma pesquisa

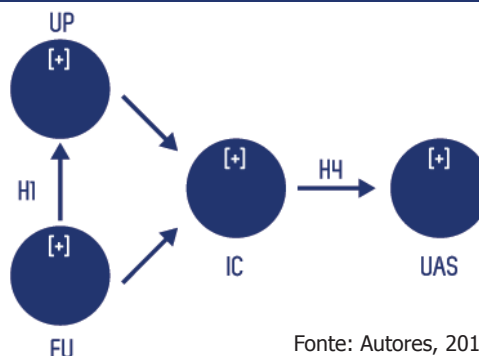
de campo, na qual a coleta de dados é efetuada através da aplicação de questionário ou formulário junto à população investigada”. Os dados foram coletados durante os meses de agosto a outubro de 2016 por meio de *link* disponibilizado na internet e encaminhado aos respondentes por meio da ferramenta de formulário online do Google.

O tratamento dos dados se deu de forma progressiva, e compreendeu as seguintes etapas metodológicas: primeiramente validaram-se os questionários e as respectivas respostas, de modo a excluir inconsistências presentes nos dados. Em seguida, buscou-se confirmar e validar as variáveis latentes propostas na MEE/PLS, por meio de análise fatorial confirmatória (HAIR JR ET AL., 2009). A estatística básica aplicada a esta modelagem corresponde a matriz de covariância ou correlação. Ringle, Silva e Bido (2014) definem a modelagem de equações estruturais como técnica que permite associar um modelo de mensuração a um modelo estrutural. Para estimação, adotou-se neste estudo o modelo de estimação de ajuste de mínimos quadrados parciais [PLS]. Os dados foram tratados mediante uso do software SmartPLS 3.0 (RINGLE, WENDE, & BECKER, 2015).

As variáveis analíticas da pesquisa foram adaptadas da obra de Davis (1989), e dispostas na Figura 2.

O modelo teórico, visualizado na Figura 3, foi elaborado com base no modelo proposto por Davis (1989), em conformi-

Figura 3. Modelo Teórico da Pesquisa



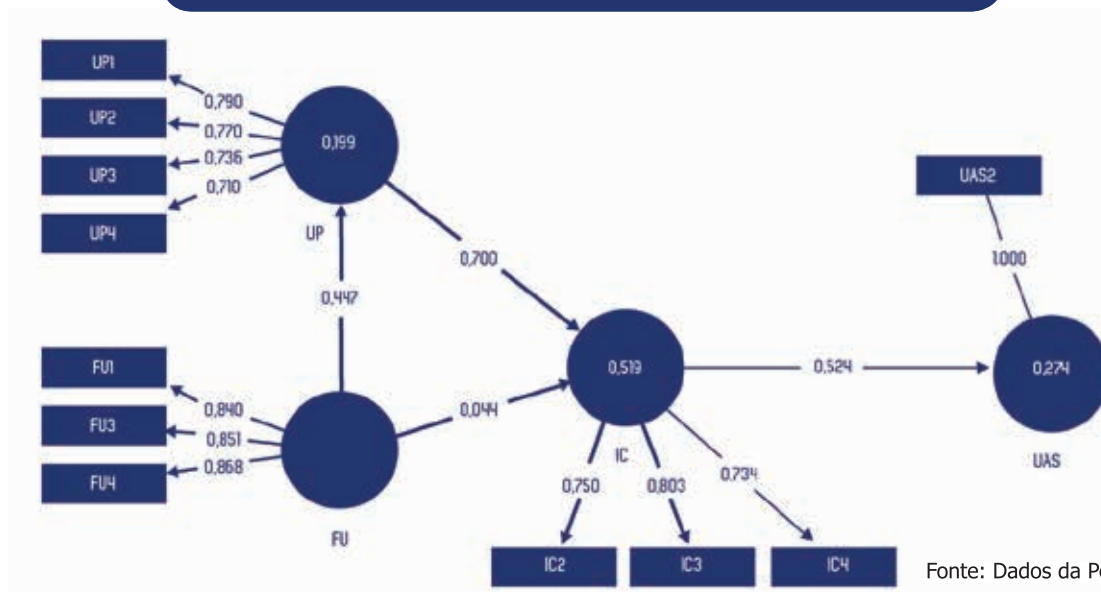
Fonte: Autores, 2016

Figura 2. Variáveis Analíticas da Pesquisa

Variáveis Latentes	Variáveis observáveis	Afirmativa
Utilidade Percebida - UP	UP1	Consigo prestar os serviços de forma satisfatória utilizando o SPED
	UP2	Realizo as tarefas no meu escritório mais rapidamente utilizando o SPED
	UP3	Utilizar o SPED, agiliza a execução de minhas tarefas.
	UP4	Usar novas tecnologias, como o SPED, melhora minha produtividade.
Facilidade de uso percebida (FU)	FU1	Tenho facilidade em aprender a usar o SPED
	FU2	É necessário pouco treinamento para utilizar o SPED
	FU3	O uso do SPED é claro e de fácil entendimento (auto explicável)
	FU4	Tenho facilidade em usar o SPED
Intenção Comportamental (IC)	IC1	Estou motivado (a) a utilizar o SPED no meu escritório
	IC2	Eu acho importante utilizar tecnologias como o SPED
	IC3	Pretendo utilizar o SPED nas minhas atividades
	IC4	Eu recomendo a utilização do SPED na prestação dos serviços
Uso Atual do SPED (UAS)	UAS1	A utilização do SPED independe dos fornecedores de software
	UAS2	Utilizar o SPED é uma forma segura de transmitir informações ao fisco
	UAS3	Utilizar o SPED é uma forma de gerar novas receitas dos meus clientes
	UAS4	Utilizar o SPED é importante para o desenvolvimento da classe contábil

Fonte: Adaptado de Davis (1989)

Figura 4. Modelo estrutural ajustado



dade com as variáveis propostas nessa pesquisa.

#### 4 Resultados

Os dados foram submetidos ao *software* SmartPLS 3.0, e após observadas as cargas fatoriais de cada indicador, aqueles com valores inferiores a 0.7 foram eliminados para melhor ajuste do modelo. Na segunda rodada do algoritmo foram excluídos os indicadores FU2, IC1, UAS1, UAS3 e UAS4, gerando o modelo estrutural ajustado apresentado na Figura 4.

Em seguida ao modelo ajustado, foram executados os cálculos dos algoritmos do SmartPLS, de modo a avaliar a confiabilidade e validade das variáveis latentes e do modelo proposto. Inicialmente observaram-se os valores para o Fator de Inflação da Variância (VIF). Fator este utilizado para evidenciar as relações lineares exatas ou aproximadamente exatas das variáveis correlacionadas propostas, que poderiam ter comprometido os dados e os parâmetros, criando resultados exagerados ou falsos.

O valor de referência recomendado por Kock (2015), é desejável  $VIF \leq 3.3$  para

cada variável latente, sendo entretanto aceitável valor inferior a 5. Os dados da pesquisa apresentaram valores de VIF inferiores à 3.3 para todas as variáveis latentes.

A análise da variância média extraída [AVE] serve para verificar e analisar a validade discriminante das diferentes escalas, os valores das AVE devem ser maiores que 0.5 [AVE > 0.5] (Chin, 2010). Neste estudo os valores da AVE de todas as variáveis latentes apresentaram valores maiores que 0.5, ou seja, demonstrando que os critérios de Fornell-Larcker foram satisfatórios à pesquisa (CHIN &

NEWSTED, 1999; HAIR, SARSTEDT, RINGGLE, & MENA, 2012), conforme observado na leitura da Tabela 1.

A confiabilidade composta (CR) das escalas serve para mensurar quantitativamente a consistência interna das dimensões de pesquisa, onde os valores são considerados aceitáveis quando excederem a 0.7 (HAIR JR ET AL., 2009, P. 126). Conforme observado, todos os valores estão acima de 0.8. Sendo assim, a pesquisa enquadrada válida tendo suas variáveis latentes explicadas pela variável observada, posto que todos os índices enquadrados e satisfatoriamente atingidos. O

Tabela 1 - Hipóteses e Índices

Hipótese	Índice t	Resultado
H1: A Facilidade de Uso do SPED influencia positivamente sua Utilidade percebida.	3.879	Significante
H2: A Facilidade de Uso do SPED influencia positivamente a Intenção comportamental	0.462	Não significativa
H3: A Utilidade percebida acerca do SPED influencia positivamente a intenção comportamental	10.820	Significante
H4 - A Intenção comportamental influencia positivamente o Uso Atual (efetivo) do SPED.	5.587	Significante

Fonte: dados da pesquisa, 2016

Parâmetro:  $t > 1.96$  e  $p < 0.05$

coeficiente de determinação ( $R^2$ ) é uma medida que mensura as relações de causa e efeito entre dois ou mais construtos dependentes e/ou um conjunto de variáveis independentes. Cohen (1988), sugere, no campo das ciências sociais, os seguintes valores:  $R^2=2\%$  classificado como efeito pequeno,  $R^2=13\%$  efeito médio e  $R^2=26\%$  efeito grande. Neste estudo, obteve-se o índice de 0.2 para a variável latente Utilidade Percebida, ou seja, médio poder de explicação. Porém, na Intenção Comportamental, isto é, Intenção de Uso, apresentou um alto poder de explicação, 0.519, o que é facilmente explicado pelo caráter obrigatório do cumprimento da obrigação acessória por parte dos contadores. Também na análise do Uso atual do sistema, o poder de explicação foi de 0.274, portanto, considerado alto. Quanto à análise discriminante os valores obtidos para todas as variáveis latentes, atenderam aos critérios de Fornell-Larcker (HAIR ET AL., 2009).

#### 4.1 Teste de *Bootstrapping* (reamostragem)

De acordo com Chin & Newsted (1999), Teste de *Bootstrapping* testa o nível de significância das hipóteses de investigação. Os valores são significativos a 95%

quando  $t > 1.96$ . A Tabela 1 apresenta as análises de significância dos coeficientes de caminho para as hipóteses da pesquisa e os respectivos índices  $t$  obtidos:

#### 4.2 Teste de *Blindfolding*

Em seguida, foram avaliados os valores dos indicadores de qualidade de ajuste do modelo: validade preditiva [Q2] ou indicador de Stone-Geisser e o tamanho do efeito [f2] ou Indicador de Cohen. Os valores de Q2 foram obtidos pela leitura da redundância geral do modelo e f2 pela leitura das comunalidades. Os valores de Q2 foram superiores a zero, confirmando o poder de predição do modelo. Por sua vez os valores de f2 foram considerados grandes e conclui-se que as variáveis latentes utilizadas são importantes ao ajuste geral do modelo proposto (COHEN, 1998). De acordo com o teste de *Blindfolding*, todas as hipóteses da pesquisa foram confirmadas, apesar de o teste de reamostragem a hipótese H2 não ter apresentado significância estatística ( $t < 1,96$ , 95%). Porém tal fato é perfeitamente explicável tendo em vista que, por ser o SPED de uso obrigatório, sua facilidade de uso não influenciaria na intenção do contador de adotá-lo, corroborando os resultados do estudo de Davis (1989).

“ De acordo com o teste de *Blindfolding*, todas as hipóteses da pesquisa foram confirmadas, apesar de o teste de reamostragem a hipótese H2 não ter apresentado significância estatística ( $t < 1,96$ , 95%). ”



## 5 Considerações Finais

O objetivo desta pesquisa foi analisar o nível de aceitação do SPED por parte dos contadores à luz do Modelo de aceitação Tecnológica (TAM). Buscou-se compreender quais variáveis interferem na sua plena adoção. Sabe-se das mudanças no ambiente profissional dos contadores desde o surgimento do SPED, que proporcionou aos contadores uma verdadeira inserção na chamada era digital. O advento do SPED exigiu dos profissionais uma conduta efetivamente participativa nos resultados empresariais e voltada à gestão das informações de seus clientes. Vale salientar que o contador, para se manter no mercado deixou de possuir uma postura meramente operacional e assumiu um caráter estratégico e funcional perante os empresários do País. Nesse contexto, é imprescindível que o contador esteja em constante processo de atualização e aprendizagem de leis e informações tecnológicas exigidas pelo Poder Público.

Ao detectar o nível de aceitação do SPED pelos contadores, pode-se ampliar o contexto para a aceitação de novas tecnologias digitais por estes profissionais. Os objetivos propostos na pesquisa foram alcançados e demonstrados ao longo da análise dos resultados. Conforme Duarte (2011), as pessoas nem sempre estão empenhadas a aderir às mudanças necessárias,

ou seja, nem sempre é possível preparar as pessoas. Desta forma torna-se necessária a contratação de pessoas dispostas a atender às demandas imediatas. Diante das hipóteses propostas no trabalho, constatou-se que a facilidade de uso do SPED influencia diretamente a sua utilidade percebida, mas não influencia a intenção de uso deste, pois quem de fato induz a intenção de uso é a utilidade percebida, e quem faz uso real do sistema é quem já percebeu sua utilidade, teve intenção e faz o uso atual.

Entretanto, recomenda-se que os órgãos representativos de classe, tal como os Conselhos Regionais de Contabilidade, estejam empenhados em divulgar o SPED, dando ênfase nos possíveis benefícios com sua implantação, conscientizando o profissional da contabilidade sobre o uso da tecnologia. Por sua vez, é também importante que os clientes das empresas de contabilidade estejam cientes dos benefícios introduzidos pelo SPED. O estudo também contribui ao proporcionar um modelo de alto poder de predição do comportamento dos contadores em relação a adoção do SPED e que pode ser aplicado para prever o uso de outras tecnologias e identificar competências a serem estimuladas, auxiliando a área e a capacitação e desenvolvimento dos profissionais a definir suas linhas de treinamentos. O escopo desta pesquisa limita-se ao uso do SPED, portanto, sugere-se à academia que realize pesquisas futuras ampliando o rol de tecnologias utilizadas pelos profissionais da contabilidade.

### Referências

CHIN, W. W. How to Write Up and report PLS Analyses. Em W. W. V. E. Vinzi, Handbook of Partial Least

“Neste contexto é imprescindível que o contador esteja em constante processo de atualização e aprendizagem de leis e informações tecnológicas exigidas pelo Poder Público.”

Squares (pp. 655-690). Berlim: Springer-Verlag, 2010.

CHIN, W. W.; NEWSTED, P. R. Structural Equation modeling Analysis with small Sample using Partial Least Squares.(R. H. Hoyle, Ed.) . California: SagePublications, 1999.

CLETO, N.; OLIVEIRA, F. R. Manual de Autenticação dos Livros Digitais: Escrituração contábil Digital – ECD . São Paulo: FISCOsoft, 2010.

COHEN, J. . Statistical Power Analysis for the Behavioral Sciences. (2nd ed.). New York : Psychology Press.1988

DALMORO, M.; VIEIRA, K. M. Dilemas na construção de escalas tipo likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados? . Revista Gestão Organi-



SPED

zacional, 6(1), pp. 161-174.2013.

Davis, F. D. Perceived usefulness, perceived ease of use, and user acceptance of information technology. *MIS Quarterly*, 13(3), pp. 319-340.1989

DAVIS, F.;BAGOZZI, R ; WARSHAW, P. User Acceptance of Computer Technology: A comparison of two theoretical models. *Management Science*, 35(8), pp. 982-1003, 1989.

Decreto nº 6022 de 22 de janeiro de 2007.Institui o Sistema Público de Escrituração Digital - (SPED). *Diário Oficial da União*. Brasília, DF: Imprensa Nacional.

DIAS, G. A., SILVA, P. M., DELFINO JR, J. B., ALMEIDA, J. R. Technology Acceptance Model (TAM): avaliando a aceitação tecnológica do Open Journal Systems (OJS). *Informação & Sociedade*, 21(2), pp. 133-149. 2011.

DUARTE, R. D. Manual de Sobrevivência no Mundo Pós-SPED. Belo Horizonte: Ideas@Work, 2011.

HAIR JR., J., BLACK, W., BABIN, B., ANDERSON, R., & TATHAM, R. *Análise multivariada de dados* (6ª ed.). Porto Alegre: Bookman, 2009.

HAIR, J. F., HULT, G. T., RINGLE, C. M., SARSTEDT, M. *A Primer on Partial Least Squares Structural Equation Modeling (PLS-SEM)*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2014.

HAIR, J. F., RINGLE, C. M., SARSTEDT, M.. PLS-SEM: Indeed a Silver Bullet. *Journal of Marketing Theory and Practice*, 19(2), pp. 139-151, 2011.

HAIR, J. F., SARSTEDT, M., RINGLE, C. M.; MENA, J. A. (2012). An Assessment of the Use of Partial Least Squares Structural Equation Modeling in Marketing Research. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 40(3), p. 414-433, 2012.

KOCK, N. *WarpPLS 5.0 User Manual*. La-

redo: scriptwrap systems, 2015.

LIMA JUNIOR, T. A. Aceitação de tecnologia: uma abordagem cognitiva sobre o uso de software livre. dissertação, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestrado em Administração, Salvador, 2006.

MACHADO, L., MAIA, G., LABEGALINI, A. *Pesquisa em educação: passo a passo* (1ª ed., Vol. 2 ). Marília: Marília Edições, 2007.

REINARTZ, W., HAENLEIN, M., HENSELER, J. An empirical comparison of the efficacy of covariance-based and variance-based-SEM. *International Journal of research in Marketing*, 26(4), pp. 332-344, 2009.

RINGLE, C. M., WENDE, S., BECKER, J. *SmartPLS 3*. Boenningstedt: SmartPLS GmbH, 2015. Fonte: <http://www.smartpls.com>

RINGLE, C., SILVA, D., & BIDO, D. Modelagem de Equações Estruturais com utilização do Smartpls. *Revista Brasileira de Marketing*, 13(2), pp. 54-71, 2014.

SÁ, A. L. *A evolução da contabilidade*. São Paulo: Thomson, 2006.

Instrução Normativa RFB nº 787 de 19 de novembro de 2007.Dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital [ECD], Brasília: Imprensa Nacional.

SILVA, P. Modelo de Aceitação de Tecnologia (TAM) aplicado ao sistema de informação da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas escolas de medicina da região metropolitana do Recife. Universidade Federal da Paraíba , Mestrado em Ciência da Informação. João Pessoa: UFPB, 2008.

VILAR, M. A. Modelo de Aceitação da Tecnologia adaptados às compras online. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2013.



**Lieda Amaral de Souza**, é contadora, professora, e atualmente é a vice-presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte (CRCRN).



**Breno Bezerra de Farias** é contador.



**Dartanhan Henrique Guerra Campos** é contador.



**José Padilha-Neto** é professor da Universidade de Potiguar (UnP).

# A Escrituração Contábil em alguns momentos da história: reflexões sobre seu empirismo

Por Mauro Kosis

O que distingue uma disciplina científica de uma técnica associada a ela?

É sempre importante exercitarmos nossa capacidade de raciocínio para conceituarmos questões como a estampada acima, pois, na velocidade desenvolvida pela moderna sociedade, por vezes, somos tolhidos e confundimos uma técnica atribuindo-lhe o conceito de disciplina científica ou, pior, reduzimos um ramo da Ciência à condição de mera técnica por não termos claro em nossa mente quais são seus atributos principais. Acredito, pelos menos no âmbito a que se propõe este breve artigo, que dois atributos serão suficientes para qualificar a Ciência, mormente, nossa Ciência Contábil e distingui-la de sua mais conhecida técnica: a escrituração.

O que qualifica essencialmente uma Ciência é o objeto de seu estudo e seu método.

“Para estudar tal objeto (o patrimônio), necessário se faz definir um método.”

Segundo a esmagadora maioria dos doutrinadores da atualidade, o objeto de estudo da Ciência Contábil é o Patrimônio, definido este como o conjunto (a Riqueza Patrimonial, para os autores Neopatri-

monialistas) de elementos — composto por bens, direitos e obrigações — que se aglutinam em torno de um organismo econômico (a entidade, a empresa com fins lucrativos, a sociedade civil, etc.) ou mais especificamente, a azienda<sup>1</sup>. Este patrimônio está composto com a finalidade de satisfazer às necessidades desta azienda e, portanto, pertence a ela; a recíproca, porém, não é verdadeira.

Para estudar tal objeto (o patrimônio), necessário se faz definir um método. Basicamente, o método da Ciência Contábil consiste em registrar os fatos ocorridos com o Patrimônio (a escrituração é a técnica adotada) em contas, por meio do mecanismo das partidas dobradas (a cada crédito corresponde um débito, no jargão contábil), que representa a equação origem = aplicação, demonstrando





expositivamente este registro, interpretando os fatos (mudanças) ocorridos ao longo do tempo de modo a oferecer informação sobre a composição e o resultado da gestão da riqueza patrimonial.

## REFLEXÕES

Assim, vemos que escrituração é técnica contábil. Como toda tecnologia humana, a escrituração vem sofrendo profundas mudanças ao longo da História, acompanhando o desenvolvimento dos meios físicos de armazenamento de dados e registros.

Desde a “época das cavernas” o homem vem registrando o seu patrimônio, guardando uma memória escrita (ou mais precisamente, desenhada) de como se comporta sua riqueza. Este registro está baseado na experiência do cotidiano de cada indivíduo e representando o contato que o mesmo possui com o mundo no qual se ambienta. Portanto, quando o homem desenha nas paredes da caverna a figura de um boi e alguns traços ao seu lado, quer transmitir a ideia de uma qualidade (boi) e uma quantidade (traços) de seu patrimônio. Esta gênese da escrituração não precisa ser mais bem explorada no seu caráter empírico, pois demonstra perfeitamente que, se o homem primitivo não conhecesse o boi como animal, não teria condições de praticar uma abstração (que é própria da Ciência), “inventando” uma ideia e palavra para tal classe de bem patrimonial. Mas, e quando surge a escrita, expressão da linguagem existe alguma mudança neste aspecto? Conforme ofertado por Colin Ronan (1987):

... Os sumérios talvez tenham sido os primeiros a divisar o desenvolvimento da linguagem, inventando sinais especiais, apropriadamente adaptados a um material para a escrita – em seu caso, as plaquetas de barro. O mais antigo desses registros parece ter sido iniciado por sacerdotes da primitiva civilização sumé-

“ O homem da civilização antiga ainda não tem condições de elaborar um método adequado (científico) para lidar com situações de maior abstração (se aquele estoque é regulador, não há como indicá-lo, pois serão apenas espigas e traços que demonstrarão que qualidade e quantidade de riqueza nós possuímos; mais nada, além disso). ”

ria (antes de 3000 a.C.), que tinham de preparar registros do estoque excedente de grãos e outros produtos mantidos nos templos para o Estado. Certamente, devem ter sido feitos em alguma forma de símbolo pictográfico – o trigo representado por uma espiga, bois por uma cabeça de boi e assim por diante. Uma plaqueta

contendo essas escriturações do tempo provavelmente representa um recibo do material fornecido. Os antigos hieróglifos egípcios eram outra forma de escrita com símbolos pictográficos ou pictogramas, assim como, também, era a primeira forma de chinês escrito.

Percebe-se que, mesmo com um desenvolvimento ímpar da tecnologia (a escrita), o registro contábil continua sendo calcado no empirismo do cotidiano (registrar o estoque excedente de grãos). O homem da civilização antiga ainda não tem condições de elaborar um método adequado (científico) para lidar com situações de maior abstração (se aquele estoque é regulador, não há como indicá-lo, pois serão apenas espigas e traços que demonstrarão que qualidade e quantidade de riqueza nós possuímos; mais nada, além disso).

Esta realidade cotidiana do registro não se modifica de uma região para outra do mundo. Também na América do Sul, tivemos exemplos concretos do uso da escrituração contábil, mesmo sem escrita, demonstrando, novamente, a importância do registro para o homem primitivo:

Uma invenção inca ainda em uso em algumas partes dos Andes é o quipu, artifício utilizado para a contagem. Consiste em uma corda principal à qual são presas várias outras (usualmente 48) de cores diferentes. Nessas cordas, os números são lembrados por meio de nós; um nó afastado da corda principal designa as unidades, um mais próximo, as dezenas, e assim por diante; a ausência de nó significa zero. Era um artifício simples, útil para contar, mas monótono para os cálculos. (RONAN, 1987).

Note-se que os cálculos (outra elucubração extremamente necessária a uma Ciência, pela abstração que contempla) não gozam do mesmo desenvolvimento. Tam-

bém em Cnossos, por conta da civilização Micênica (pré-Helênica), encontramos referências aos prelúdios da escrituração contábil, indicando que sua importância é grande, pois se tratava de uma civilização com um comércio bem desenvolvido:

As escritas minoenses foram reveladas pelas escavações de Arthur Evans em Cnossos, em 1900 (...) Evans pode estabelecer, por outro lado, que (...) certo número de pictogramas, que pareciam indicar a classe ou a categoria dos objetos mencionados no texto: taças, vasos, machados, cavalos, carretas, rodas, espadas, homens, mulheres, etc., assim como símbolos representando algarismos, traços verticais para as unidades, horizontais para as dezenas. Logo, mesmo sem poder ler esses textos, foi possível determinar-lhes a natureza: textos econômicos, livros de contas, inventários. Nenhum texto religioso ou literário. (BELL, 1962).

Mais uma vez, nossa atenção volta-se para o escopo prático da escrituração (registros econômicos). Para os cretenses, até mesmo a religião não foi encarada da mesma forma que o comércio, indicando o caráter empírico (hieróglifos e traços indicadores da escrituração mercantil) estampado em suas inscrições. Assim, a ideia que se faz hoje a respeito da importância da escrituração para a Contabilidade tem suas raízes no passado remoto, mesmo diante da inexistência da abstração numérica ou da fonética alfabética, como é corroborada por BELL:

As tabuinhas são inventários, contas ou recibos, com toda probabilidade, redigidas alguns meses antes da destruição dos edifícios em que elas foram encontradas.

“As tabuinhas são inventários, contas ou recibos, com toda probabilidade, redigidas alguns meses antes da destruição dos edifícios em que elas foram encontradas.”

Indicam, por meio de ideogramas (espécie de taquigrafia comercial), os objetos a que fazem menção, sendo estes últimos descritos por nomes, palavras ou frases, escritos foneticamente (é o sistema de escrita propriamente dito).

A identificação de certos objetos é imediatamente assegurada pelos ideogramas (homens, mulheres, carros, rodas), ou pela maneira por que são agrupados e diferenciados (cavalos,

gado, carneiros, cabras, porcos). Em certos casos, temos uma informação aproximativa sobre o modo por que são contados: metais e matérias preciosas, pelo peso; cereais ou líquidos, pelo volume; objetos manufaturados ou empacotados, por unidade.

Todavia os objetos representados nas tabuinhas já apresentam classificações melhoradas (o modo como são contados, representando um raciocínio análogo: peso, volume, unidade, etc), ainda não temos elementos qualificativos para denominarmos esta técnica de Ciência.

Ao adentrarmos à Idade Média, anotamos um sistema interessante de controle das contas públicas na Inglaterra (ou que representa um controle da escrituração, que a esta altura já encontra um aprimoramento substancial), vindo ser um prelúdio do sistema orçamentário público moderno. Assim,

As finanças eram administradas pela Corte do Exchequer<sup>2</sup>... Todos os sheriffs<sup>3</sup> do reino aí deviam prestar as suas contas... No tapete da mesa estavam traçadas linhas horizontais e sete linhas verticais, para os pence, os shillings, as libras, as dezenas de libras, as centenas de libras, os milhares de libras e as dezenas de milhares de libras... Cada sheriff entrava por sua vez e enumerava as despesas que fizera para a Coroa. Um empregado representava as somas mencionadas, por meio de tentos colocados nas diferentes colunas (o zero, invenção árabe sutilíssima, ainda não era conhecido dos ingleses). Depois o sheriff indicava as suas receitas, que por sua vez se representavam por meio de tentos colocados sobre os prece-

dentos e que os anulavam. Os tentos de sobra representavam o saldo credor do Tesouro, e os sheriffs deviam recolher a soma em pennies de prata, ... O recibo dado ao sheriff era constituído por uma peça de madeira chamada tally, que se entalhava na largura de uma mão para mil libras, de um polegar para cem libras e assim por diante, depois do que se cortava em duas partes. Metade servia de recibo ao sheriff, a outra de registro para o Exchequer. Se era preciso algum dia fazer a prova do pagamento, bastava aproximar os dois pedaços. A coincidência dos entalhes e da veia da madeira tornava impossível qualquer fraude e o método era tão seguro que foi empregado pelo Banco da Inglaterra até o século XIX. (MAUROIS, HISTÓRIA DA INGLATERRA, P.79-80, APUD GIORDANI, 1987, P. 185-186).

Atenção mais uma vez para o empirismo do procedimento: utiliza-se um tabuleiro central e um artifício para suprimir até mesmo o "zero". É a escrituração (e seu controle) atendendo à necessidade cotidiana de registro do homem medieval.

Quando abordamos os progressos comerciais da Idade Média, lembramos de uma inovação técnica, que foi a criação da letra de câmbio, proporcionando aos comerciantes italianos aprimorarem, todavia empiricamente, a Contabilidade, pois, de acordo com GIORDANI (1987, p.217): "O emprego frequente da letra de câmbio foi acompanhado de um progresso nos processos de contabilidade como, por exemplo, a melhor escrituração dos livros comerciais, a simplificação dos métodos contábeis".

O próximo passo, a formatação da escrituração em partidas dobradas, já nos é muito peculiar e norteia nosso mecanismo de registro até os dias atuais (uma conta devedora, uma conta credora).

## CONCLUINDO

Como demonstrado pela pesquisa bibliográfica, nos poucos exemplos colhidos, podemos perceber que a escrituração, no passado, como hoje, é técnica contábil e não Ciência. O leigo, devido à falta de esclarecimento, tem a falsa impressão de que registrar os acontecimentos (fatos) ocorridos com um patrimônio durante um determinado período, se trata do objeto fundamental da Contabilidade.

O que vimos é que, com o correr dos tempos, a técnica de registro vem se aprimorando, ganhando hoje um aliado fundamental: o computador. Mas daí a dizer que, quando escrituramos, fazemos a Ciência Contábil, é minimizar a importância de tão bela e salutar disciplina do conhecimento humano. A prosperidade da célula econômica e social (quer o homem isolado como indivíduo, quer como espécie unida em torno da azienda) passa por entender a Contabilidade como Ciência. E não meramente como um conjunto de dados gravados *in cloud* ou *hard-disk* de computador!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELL, Maurice. Druidas, Heróis e Centauros – Coleção Descoberta do Mundo (Dir. Pedro P. Moreira). 3ª ed. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia, 1962.

GIORDANI, Mário Curtis. História do Mundo Feudal II-1 - Civilização. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

RONAN, Colin A. História Ilustrada da Ciência – Universidade de Cambridge – Volume I – Das origens à Grécia. São Paulo: Círculo do Livro, 1987.

SÁ, Antonio Lopes de. Teoria Geral do Conhecimento Contábil – 1ª ed. Belo Horizonte: IPAT-UNA, 1992.

SÁ, Antonio Lopes de. História Geral e das Doutrinas da Contabilidade - São Paulo: Atlas, 1997.

<sup>1</sup> A azienda é um vocábulo italiano que designa, nas palavras de GIANESSI, uma "unidade elementar na ordem econômica geral, dotada de vida própria e reflexa"; é ela quem vai realizar "os fenômenos da produção, da distribuição e do consumo", finalizando obtenção de equilíbrio econômico ao longo do tempo. (GIANESSI, 1987, pags. 46 e 47, *apud* Sá, 1997, p.31).

<sup>2</sup> O Exchequer trata-se de um órgão controlador da Inglaterra medieval, encarregado da tomada de contas anual dos sheriffs. Era composto de duas câmaras, o baixo exchequer e o alto *Exchequer*, a primeira funcionando como uma tesouraria e a segunda, tornando-se uma verdadeira Câmara de Contas. (GIORDANI, 1987, p.70).

<sup>3</sup> É um cargo administrativo da Inglaterra medieval, sendo que seu ocupante era encarregado da arrecadação do imposto por nome *danegeld*, a autoridade tributária. (GIORDANI, 1987, p.71).



**Mauro Kosis** é bacharel em Ciências Contábeis; especialista em Gestão Empresarial e professor de cursos de pós-graduação. É auditor federal de Finanças e Controle. Acadêmico da cadeira nº 33 (patrono Themistocles Pinto Brasil) da Academia Mato-Grossense de Ciências Contábeis (Amacic).



# Entrevista com os Profs. Drs. Valcemiro Nossa e Orleans Silva Martins

Por Maristela Giroto

**A** Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC) ascendeu, em janeiro de 2017, do estrato B3 para o B1 na avaliação Qualis Capes – sistema usado para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos. De acordo com a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes), esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade, sendo: A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero.

“Tivemos um progresso muito importante este ano, mas a nossa meta é continuar avançando em busca do estrato A1”

afirma o professor Orleans Martins, editor-geral da REPeC.

## Valcemiro Nossa

**1) O Sr. foi editor da REPeC desde que a revista começou a ser editada?**

**Valcemiro Nossa:** Na verdade, eu participei do processo de criação da Revista. Participei da equipe que fez o projeto inicial, mas o primeiro editor foi o grande amigo e competente José Francisco Ribeiro Filho, que nos deixou muita saudade. Com o seu falecimento, em 2011, eu fui nomeado editor-geral e permaneci nessa função até o final de 2016.

**2) Poderia falar um pouco sobre a sua experiência como editor da REPeC? Em que medida isso contribuiu para a sua vida profissional?**

**V.N.:** Considerando que foi a primeira vez que assumi como editor de um periódico, para mim foi um grande desafio. Mas, desafios sempre trazem muitos aprendizados. Assim, classifico a minha experiência na condução da Revista nesse período como magnífica. Foram

muitos aprendizados, especialmente no que se refere ao relacionamento com pessoas, muitos estudos sobre publicação científica, regras e boas práticas de publicação, aprendizado sobre avaliação de artigos, entre vários outros aprendizados. Para minha vida profissional foi mais uma bagagem que, de certa forma, abre novas portas para novos desafios. Como gosto muito de aprender, sempre estou em busca de novas ações desafiadoras.

**3) O Sr. deixou de ser editor da REPeC num momento em que a revista teve o seu conceito elevado de B3 para B1. Como o Sr. avalia esse progresso da REPeC? Como o Sr. se sente sendo um dos principais responsáveis por isso?**

**V.N.:** O desenvolvimento de um periódico nunca para. Tive o privilégio de participar da condução de um periódico em um momento em que foram vislumbradas muitas oportunidades de melhoria, isso em decorrência de um plano estratégico traçado desde 2011. À medida que fomos alcançando as metas projetadas,

os resultados sempre foram aparecendo. Quero destacar também que sempre tive uma equipe de editores de qualidade e que contribuíram para o aumento de qualidade do periódico.

Durante o período de cinco anos em que estive como editor-geral, junto com a equipe, resumidamente, atuamos no avanço dos seguintes pontos:

- Realização de força-tarefa para a finalização das avaliações de artigos pendentes de pareceres (atrasados) e feedback aos autores;
- Automatização de todo o processo de avaliação pelo Sistema SEER. Antes, apesar de se utilizar do SEER, muita coisa era feita de forma manual por e-mail;
- Criação de novo design para a Revista;
- Adaptação da Revista ao Guia de Boas Práticas da Publicação Científica publicada pela Anpad;
- Adoção das normas da American Psychological Association (APA) no que se refere às citações e referências bibliográficas;
- Implementação da publicação da REPeC também na língua Inglesa;
- Alteração da periodicidade da revista de Quadrimestral para Trimestral e aumento do número de artigos publicados de 05 para 06 por edição;
- Inserção de uma seção para receber "Casos de Ensino";
- Implementação do DOI (Digital Object Identifier) retroativamente ao início da Revista;
- Indexação da REPeC em vários Indexadores e base de dados internacionais, entre eles Redalyc, Spell e DOAJ;
- Recadastramento de avaliadores e definições de áreas específicas de avaliação

com vistas a melhoria na qualidade dos pareceres. No entanto há ainda a necessidade de aumento da base de avaliadores; e

- Redução do prazo médio entre a submissão e a publicação de 16 meses em 2012 para 7,4 meses em 2016.

Para mim, é muito honroso finalizar o meu mandato com a Revista classificada como B1 no estrato do Qualis Capes. De qualquer forma, são ainda muitos os desafios para se prosseguir com o de-

“Para mim, é muito honroso finalizar o meu mandato com a revista classificada como B1 no estrato do Qualis Capes, ”

revela o professor Valcemiro Nossa, atual membro do Comitê de Política Editorial.

envolvimento da REPeC. Fico tranquilo quanto ao prosseguimento da Revista, considerando que o prof<sup>o</sup> Orleans assume como editor-geral, pois o conheço do convívio na equipe da REPeC e sei da sua competência.

### Orleans Martins

**1) O Sr. assumiu, em janeiro deste ano, a função de editor-geral da REPeC. O que representa, para a sua vida profissional, exercer essa função?**

**Orleans Martins:** Durante o ano passado, tive a honra de trabalhar como editor-adjunto da REPeC, sob a editoração-geral do professor Valcemiro Nossa. Com sua saída, tive a oportunidade e responsabilidade de assumir o papel de editor-geral da Revista e de dar continuidade ao excelente trabalho desenvolvido

por ele. Certamente isso representa um importante passo na minha carreira, haja vista a experiência de dirigir um dos mais importantes periódicos científicos de Contabilidade do Brasil. Lidar com grandes pesquisadores, autores e avaliadores de artigos, é uma experiência que agrega muito valor à nossa atuação profissional.

**2) Quais são as suas metas como editor da REPeC?**

O.M.: Em nosso planejamento, traçamos algumas metas para o curto e outras para o médio e o longo prazos. Com o ingresso da revista no estrato B1 do Qualis/Capes temos observado um aumento do volume de submissões. No curto prazo, isso tem demandado bastante agilidade e rigor na avaliação dos artigos. Ainda, temos o objetivo de solidificar esse estrato e ampliar nossa participação nos principais indexadores. Em médio e longo prazo, buscaremos obter os parâmetros necessários para continuar a qualificação da REPeC e seu reconhecimento em níveis nacional e internacional como periódico de referência.

**3) A ideia é elevar o conceito do Qualis/Capes da REPeC ainda mais. O Sr tem uma expectativa de quando isso poderá ocorrer?**

O.M.: Hoje, no Brasil, ainda não temos periódicos nacionais no estrato A1. Nossa primeira expectativa é subirmos para o A2. Para isso, precisamos ainda fazer alguns ajustes operacionais e ampliar nossa participação nos principais indexadores, considerados como parâmetros para essa avaliação, como Scopus e Scielo. Buscaremos isso de forma semelhante ao que foi realizado para o ingresso no Redalyc, que foi parâmetro para o B1. Em um segundo momento, certamente buscaremos o A1. Quanto ao prazo, não é possível afirmar com precisão, pois dependemos do atendimento aos requisitos, o que dependente de nós, mas, por outro lado, também dependemos da análise por esses indexadores, o que foge ao nosso controle.

# A Insolvência das Empresas de Pequeno Porte (EPPs) em Manaus

Por Adelson Souza da Silva

O índice de mortalidade das empresas de pequeno porte e das micro-empresas vem crescendo constantemente. Esta pesquisa visa analisar os fatores que contribuem para a grande taxa de insolvência destas empresas, especialmente em Manaus.

**PALAVRAS-CHAVE:** empresas de pequeno porte, insolvência, fatores, Manaus.

## ABSTRACT

The mortality rate of small businesses and micro-enterprise has been growing constantly. This research aims to analyze the factors that contribute to large insolvency rate of these companies, especially in Manaus.

**KEY-WORDS:** small businesses, insolvency, factors, Manaus.

Este artigo apresentará um estudo sobre as informações das análises das demonstrações contábeis de Empresas de Pequeno Porte (EPP), e a sua percepção da utilidade destas informações.

Considerando as características das pequenas empresas em Manaus, a grande maioria é informal, geralmente iniciada em bairros, sem estrutura adequada e ausência de utilização dos controles formais para a gestão do negócio. Ao se legalizarem os gestores não fazem planejamento estratégico e pesquisa de mercado para obter informações se a área a qual

“ Considerando as características das pequenas empresas em Manaus, a grande maioria é informal, geralmente iniciada em bairros, sem estrutura adequada e ausência de utilização dos controles formais para a gestão do negócio. ”

a empresa vai atuar está realmente necessitando da atividade econômica e não faz uso das vantagens e utilização de informações das Análises das Demonstrações Contábeis para tomada de decisões.

A contabilidade tem como instrumento e sistema de informação a análise das demonstrações contábeis, que deve auxiliar os gestores no processo de administração produzindo informações que possam divulgar o valor econômico dos resultados e do patrimônio da empresa, e que facilitem o processo da tomada de decisões do pequeno gestor.

Desta forma, iremos conhecer como as informações contábeis estão sendo disponibilizadas aos gestores das Empresas de Pequeno Porte, e como estão fazendo prática destas informações na coordenação da entidade, de modo que não venha afetar o tripé financeiro: situação financeira, rentabilidade e endividamento da empresa para uma melhor tomada de decisão.

## OBJETIVOS

Propor com que as EPPs utilizem as análises das demonstrações contábeis para que não entrem em insolvência.

Frisar a importância das Demonstrações Contábeis de modo que a tomada de decisão possa abster a insolvência das pequenas empresas.



Enfatizar de forma precisa a situação financeira de rentabilidade e endividamento da empresa para uma melhor tomada de decisão.

### JUSTIFICATIVA

As empresas de pequeno porte vêm desenvolvendo um papel importante na economia nacional, mas também têm enfrentado constantes desafios econômicos. O fator administrativo tem sido apontado como razão mais frequente para o fracasso de grande número das pequenas empresas, mas é possível que a falta de planejamento estratégico seja a principal causa. O objetivo do trabalho é propor que as empresas de pequeno porte utilizem as análises das demonstrações contábeis para que não entrem em insolvência, desta forma fazendo uso das informações na gestão da empresa para tomadas de decisões e auxiliar a administração, verificando a melhor forma da situação financeira ou econômica para futuros investimentos.

### METODOLOGIA

Segundo CERVO (1983, p.9), a metodologia será utilizada com a finalidade de exibir procedimentos básicos para se atingir os objetivos no processo e se chegar aos conhecimentos válidos.

### CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

A característica da pesquisa para a Análise das Demonstrações Contábeis utilizada neste artigo será uma pesquisa bibliográfica, descritiva e exploratória, atribuindo-se em geral um levantamento de dados.

### QUANTO À NATUREZA

Segundo Richardson (1999), a pesquisa quantitativa é caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no

tratamento delas por meio de técnicas estatísticas. Para Mattar (2001), a pesquisa quantitativa busca a validação das hipóteses mediante a utilização de dados estruturados, estatísticos, com análise de um grande número de casos representativos, recomendando um curso final da ação. Ela quantifica os dados e generaliza

“ O fator administrativo tem sido apontado como razão mais frequente para o fracasso de grande número das pequenas empresas, mas é possível que a falta de planejamento estratégico seja a principal causa. ”

os resultados da amostra para os interessados. Portanto, utilizaremos as bibliografias, pesquisa descritiva, exploratória e questionários visando ao diagnóstico da coleta de dados a fim de se verificar a aderência aos níveis de insolvências na gestão.

### QUANTO AOS FINS

Este trabalho terá como finalidade a pesquisa descritiva e exploratória. O estudo atual tem condição de Pesquisa Descritiva uma vez que procura estabelecer relação entre variáveis e definir sua natureza

Segundo Vergara (2005, p. 47), a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determina-

do fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza, sem compromisso de explicar os fenômenos que descreve.

Ela assume características de pesquisa exploratória para identificar o problema de suas características e comparar os resultados obtidos por um determinado período de tempo.

De acordo com Vergara (2007), a pesquisa exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado.

### QUANTO AOS MEIOS

Quanto aos meios, esta pesquisa é bibliográfica e documental. A pesquisa tem característica Bibliográfica, visto que os estudos foram executados em livros relativos ao assunto em estudo, artigos publicados na internet e que possibilitaram que este trabalho tomasse forma para ser fundamentado.

Conforme Lakatos e Marconi (2005), “uma pesquisa bibliográfica corresponde a toda bibliografia que já se tornara pública sobre o tema de estudo e, tem por finalidade colocar o pesquisador de frente com tudo o que já foi escrito acerca do assunto”.

A pesquisa de campo procede à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, à coleta de dados referentes a eles e, finalmente, à análise e interpretação desses dados, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado.

Segundo Gonsalves (2001, p.67), a pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao

espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

### UNIVERSO E AMOSTRA

Rudio (2000 p. 60) diz que "o universo descreve que a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo, enquanto que a amostra representa uma parte desta". Em suma, a amostra é o subconjunto finito de um universo. A análise das demonstrações contábeis pode ser aplicada por todas as empresas como ferramentas de gestão que ajudam no processo de tomada de decisão. Assim, verifica-se que as EPPs situada na zona centro sul de Manaus sentem dificuldades em analisar suas demonstrações contábeis. Deste modo foi adotada uma estratégia baseada em um levantamento que trata da descontinuidade delas.

### INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados tem por objetivo obter informações por meio das respostas do presente relato. Conforme Lakatos (2003), "o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam". Portanto, serão aplicados dez questionários nas empresas comerciais situada na zona centro-sul de Manaus. De posse do questionário apresentado, será entregue pessoalmente a ferramenta de pesquisa com o intuito de obter uma resposta precisa do responsável. Desta forma, supomos que o número de questionários aplicados deve ser satisfatório para que seja plausível de acordo com o objetivo da pesquisa.

### ANÁLISE E COLETA DOS RESULTADOS

O foco desta pesquisa concentra-se na identificação de alguns fatores associados

Gráfico 1 – Há quantos anos sua empresa está em atividade?



Fonte: elaborado pelo autor. Pesquisa de campo, 2015.

com a insolvência das pequenas empresas. Com isso, efetuou-se um levantamento com empresas da cidade de Manaus e em seguida uma análise estatística da amostra representativa.

Para elaborar o instrumento de pesquisas, buscou-se organizar alguns fatores associados à mortalidade precoce das EPPs, classificando e analisando estes fatores com o objetivo de levantar hipóteses que expliquem a alta taxa de insolvência das empresas nos primeiros anos de atividade. Portanto, os fatores associados à mortalidade precoce das pequenas empresas são diversos.

Para proceder à coleta e análise dos dados, foi realizado um levantamento baseado em uma pesquisa de campo no dia 25 do mês de maio de 2015, orientada por dados e informações extraídas do questionário aplicado. Foram entrevistados os sócios das empresas, gerentes ou pessoas que ocupam cargos de chefia nas

empresas estudadas, para que se tivesse uma visão mais ampliada e detalhada sobre os motivos que podem levar ao encerramento de suas atividades. O questionário foi composto por perguntas abertas e fechadas. As perguntas abertas foram desenhadas para buscar informações gerais sobre os anos e ramo de atividade. As perguntas fechadas permitiram uma análise mais profunda das informações, associadas ao grau de endividamento da empresa e falência das EPPs em Manaus. Quanto à amostra, buscou-se elaborar um estudo representativo na zona centro sul da cidade de Manaus.

A partir do questionário elaborado, aplicado, foram editadas as respostas em planilha eletrônica e criado os gráficos referente aos resultados obtidos na pesquisa.

De acordo com o Gráfico 1, constata-se que 50% (cinquenta por cento) das empresas já estão em atividade entre 01 e 15 anos, 33,34% (trinta e três, trinta e

Gráfico 2 – Qual é o ramo de atividade da empresa?

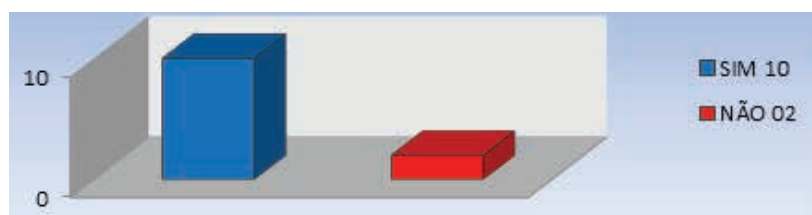


Fonte: elaborado pelo autor. Pesquisa de campo, 2015.



Gráfico 3 – Para dar início a atividade da empresa, foi feito um planejamento

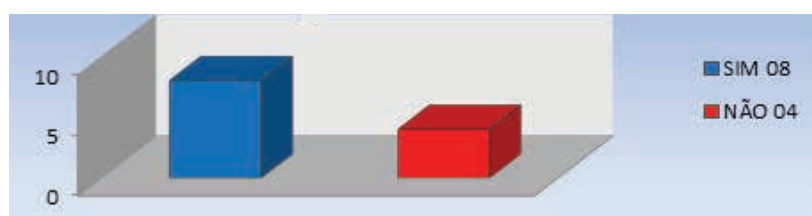
## Planejamento Estratégico



Fonte: elaborado pelo autor. Pesquisa de campo, 2015.

Gráfico 4 – Tem conhecimento do grau de endividamento de sua empresa?

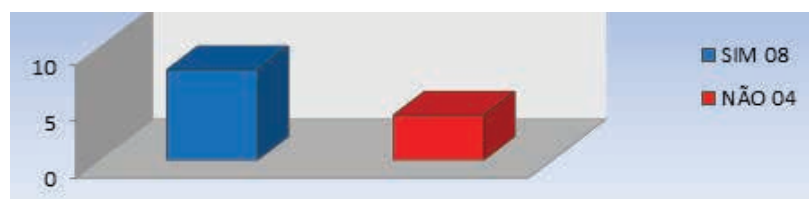
## Situação Financeira



Fonte: elaborado pelo autor. Pesquisa de campo, 2015.

Gráfico 5 – Pelo fato de sua empresa ser uma EPP, ela enfrenta dificuldade para financiamento?

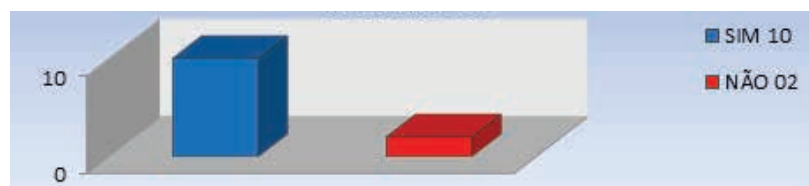
## Dificuldade de Financiamento



Fonte: elaborado pelo autor. Pesquisa de campo, 2015.

Gráfico 6 – Para fazer um financiamento é solicitado à apresentação das demonstrações contábeis da empresa?

## Apresentação das demonstrações contábeis



Fonte: elaborado pelo autor. Pesquisa de campo, 2015.

quatro por cento) das empresas já estão em atividade entre 16 e 25 anos; 8,33% (oito, trinta e três por cento) das empresas já estão em atividade entre 26 e 35 anos; e 8,33% (oito, trinta e três por cento) das empresas já estão em atividade entre 36 e 45 anos.

De acordo com o Gráfico 2, constata-se que 100% (cem por cento) das empresas abordadas são do ramo de comércio.

De acordo com o Gráfico 3, constata-se que 83,33% (oitenta e três, trinta e três por cento) das empresas realizaram planejamento estratégico antes de dar início a atividade; 16,67% (dezesseis, sessenta e sete por cento) das empresas não realizaram planejamento estratégico antes de dar início a atividade.

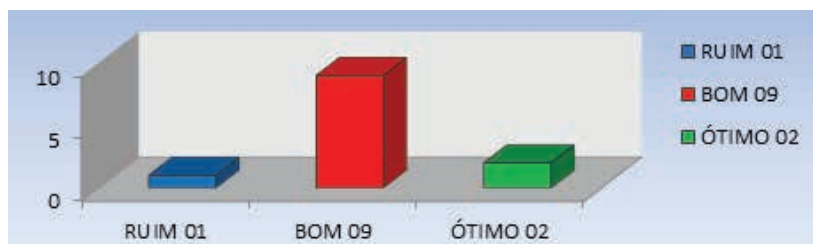
De acordo com o Gráfico 4, constata-se que 66,67% (sessenta e seis, sessenta e sete por cento) dos empresários têm conhecimento do grau de endividamento da empresa e 33,33% (trinta e três, trinta e três por cento) dos empresários não têm conhecimento do grau de endividamento da empresa.

De acordo com o Gráfico 5, constata-se que 66,67% (sessenta e seis, sessenta e sete por cento) dos empresários enfrentam dificuldades para realizar financiamentos para sua empresa e 33,33% (trinta e três, trinta e três por cento) dos empresários não enfrentam dificuldades para realizar financiamentos para sua empresa.

De acordo com o Gráfico 6, constata-se que 83,33% (oitenta e três, trinta e três por cento) das empresas apresentam as demonstrações contábeis solicitadas para financiamentos e 16,67 (dezesseis, sessenta e sete por cento) das empresas não apresentam as demonstrações contábeis solicitadas para financiamentos.

Gráfico 7 – Qual nível de conhecimento do gestor da empresa sobre as análises das demonstrações contábeis?

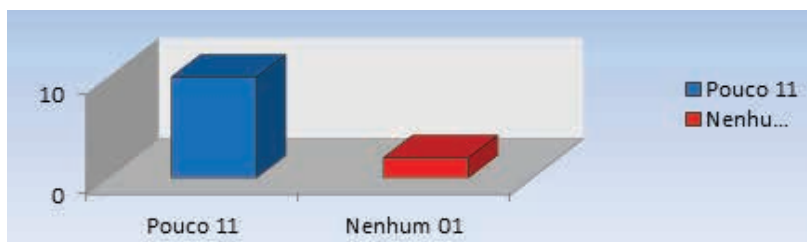
### Conhecimento do Gestor



Fonte: elaborado pelo autor. Pesquisa de campo, 2015.

Gráfico 8 – Qual é seu conhecimento sobre o índice de pequenas empresas que entram em falência em Manaus?

### Falência das EPPs em Manaus



Fonte: elaborado pelo autor. Pesquisa de campo, 2015.

Gráfico 9 – Dos itens abaixo listados, em sua opinião qual deles contribui mais para a falência das EPP's em Manaus?

### Itens que mais contribui para a insolvência das EPPs em Manaus



Fonte: elaborado pelo autor. Pesquisa de campo, 2015.

De acordo com o Gráfico 7, constata-se que 8,33% (oito, trinta e três por cento) dos gestores da empresa não possuem conhecimento da situação financeira da mesma; 75% (setenta e cinco por cento) dos gestores da empresa possuem um bom conhecimento da situação financeira da mesma; e 16,67% (dezesseis, sessen-

ta e sete por cento) dos gestores da empresa possuem um ótimo conhecimento da situação financeira dela.

De acordo com o Gráfico 8, constata-se que 91,67% (noventa e um, sessenta e sete por cento) dos empresários têm pouco conhecimento do nível de insol-

vência em Manaus e 8,33% (oito, trinta e três por cento) dos empresários não têm conhecimento do nível de insolvência em Manaus.

De acordo com o Gráfico 9, constata-se que 41,66% (quarenta e um, sessenta e seis por cento) dos empresários afirmam que a falta de incentivos fiscais é o que contribui para falência das EPPs em Manaus; e 16,67% (dezesseis, sessenta e sete por cento) dos empresários afirmam que a gestão empresarial é o que contribui para falência das EPPs em Manaus; 25% (vinte e cinco por cento) dos empresários afirmam que o mau relacionamento entre os sócios é o que contribui para falência das EPPs em Manaus; e 16,67% (dezesseis, sessenta e sete por cento) dos empresários afirmam que o planejamento estratégico é o que contribui para falência das EPPs em Manaus.

Os estudos realizados mostram que não existe um fator específico que possa ser responsabilizado isoladamente pelo encerramento precoce das atividades de uma empresa, entretanto, é possível perceber que os fatores associados à insolvência são bastante interligados e dependem em grande parte da atuação do gestor ou do empresário, que tem uma tendência a influenciar sobremaneira no desempenho da empresa e sua eventual sobrevivência ou falência.

Com relação ao Planejamento Estratégico, constatou-se que os empresários (16,67%) costumam abrir a empresa sem nenhum plano de negócios e com pouca experiência no ramo de negócio que desejam desenvolver. Eles declararam que não realizaram planejamento porque confiam mais na experiência e na prática. Nesse sentido, algumas frases se mostraram reveladoras: "o contador fazia tudo", "não precisava planejar nem acompanhar nada", "foi atrás de uma oportunidade", "não se importa com isso", "não acredita

muito em planejamento, acredita mais na fé, na raça, na coragem e na intuição" e "agiu por impulso e não teve tempo de planejar". Pode-se constatar que o empreendedor não age de maneira profissional em relação à empresa que criou e que não avalia apropriadamente os riscos e oportunidades inerentes ao negócio com antecedência.

## REVISÃO DA LITERATURA

Conforme Assaf Neto, 2010 (pág.12),

"Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. As microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP) recebem no Brasil um tratamento diferenciado no que se referem aos seus aspectos administrativos, obrigações fiscais e creditícias. Esta preocupação de legislação brasileira tem por objetivo proporcionar as melhores condições para o seu crescimento. A definição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte está prevista em Lei Complementar (n.º 123/2006), e tem como base de classificação a receita bruta anual. Entre os incentivos oferecidos a estas empresas, destacam-se certas condições favoráveis em termos de taxas de juros e prazos de amortização nas operações de crédito, e a eliminação de algumas barreiras burocráticas nos campos fiscal, trabalhista e administrativo. Uma das principais contribuições a estas Pequenas Empresas foi à criação do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (Simples). Este sistema permite que diversos impostos incidentes sobre essas empresas possam ser recolhidos de maneira simplificada, através de um recolhimento

mensal único e calculado de forma proporcional ao seu volume de receita bruta de vendas. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que optarem pelo Simples podem ainda manter seus registros contábeis de maneira mais simplificada".

Com base nestas informações, foi detectado que as empresas de pequeno porte em Manaus, embora recebam incentivos dos órgãos competentes para facilitar o desenvolvimento de suas atividades por um longo período e, apesar dos benefícios oferecidos, muitas delas continuam com sua estabilidade financeira fragilizada, talvez por utilização inadequada de seus gestores em relação aos proventos adquiridos ou por falta de planejamento adequado e a não relevância das suas análises nas demonstrações contábeis levando assim muitas delas a insolvência.

Segundo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 26), no pronunciamen-



to P4, "o objetivo das demonstrações contábeis é oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (demonstração do resultado) e fluxos de caixa da entidade, que seja útil aos usuários para a tomada de decisões econômicas".

A análise contábil constitui-se em um processo de meditação sobre as demonstrações contábeis, objetivando uma avaliação da situação da empresa em seus aspectos operacionais, econômicos, patrimoniais e financeiros. Ela serve para avaliar decisões que foram tomadas pela empresa em épocas passadas, bem como fornece subsídios para o planejamento financeiro, visando ao futuro.

Segundo Assaf Neto, 2001 "Essa análise é interessante, principalmente para MPE, pois este tipo de empresa tem o maior peso de seus ativos na parte circulante do Balanço Patrimonial". Contudo, o empresário deve ter o cuidado para não se enganar quando efetua a simples subtração do ativo circulante pelo passivo circulante, parte do ativo circulante é constantemente repetida no ciclo operacional, pois se trata da reposição dos estoques mínimos e dos custos operacionais que deve ser entendido como um valor recorrente ou permanente.

É importante acrescentar também que a Análise das Demonstrações Contábeis é de fundamentais comparações. Ou seja, determinado índice, quando avaliado isoladamente, não produz informações suficientes para uma correta conclusão. É indispensável que se conheça como evoluiu esse resultado nos últimos anos e em que nível ele se situa em relação aos concorrentes e aos padrões de mercado. Dessa forma, de acordo com (MARION, 1996,

p.471-492, ASSAF NETO, 2001, p.210-229) são os seguintes:

- Índices de Liquidez: para avaliar a capacidade da empresa em honrar seus compromissos.
- Índices de Endividamento: para avaliar a origem dos investimentos, se são em maior parte de capital próprio ou capital de terceiros.
- Índices de Atividade: para medir o ciclo operacional da empresa.
- Índices de Rentabilidade ou Indicadores Econômicos: para medir os retornos dos capitais empregados.

Para Assaf Neto (2010. P.35) "a análise de balanços visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras." Em outras palavras, por meio da análise de balanços extraem-se informações sobre a posição passada, sobre a posição atual, e fornece subsídios para a projeção da posição futuro da empresa. Matarazzo (2010, p. 1) afirma que "a Análise de Balanços objetivos extraírem informações das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisões."

As demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa de acordo com regras contábeis. A Análise de Balanços transforma esses dados em informações onde cria expectativa de crescimento futuros e será importante não somente as empresas, mas também para seus empregados, fornecedores, financiadores e acionistas.

A dinâmica e o crescimento da economia dos países em desen-

volvimento, os chamados países emergentes, dependem em grande parte da capacidade de criar empresas capazes de sobreviver para gerar trabalho e renda para a população.

No Brasil, as pequenas empresas têm consolidada uma participação expressiva na economia e no PIB nacional. Segundo pesquisa do Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas Sebrae, essas em-

presas respondem por quase 52% dos postos de trabalho do setor privado.

Considerando 6,1 milhões de pequenas empresas, a região Sudeste concentra 50,8% das empresas do País; a região Sul conta com 23,3% das empresas; a região Nordeste possui 15,0%; a região Centro-Oeste 7,4% e a região Norte 3,5%.

Além disso, o Amazonas é o segundo pior estado do Brasil para se abrir micros ou pequenas empresas, concentrando 44% da taxa de insolvência em relação aos dois primeiros anos de atividades, perdendo apenas para o Piauí.

Contudo, há um fato que compromete um maior crescimento do número de empresas e, por conseguinte, da economia, que são os altos índices de mortalidade precoce das micros e pequenas empresas, gerados por diferentes elementos e condições ligadas a estas unidades produtivas. Pesquisa do Sebrae-AM (2014) mostra que "O desafio da mortalidade é grande. O Amazonas tem uma tipicidade que precisa ser colocada; o problema não está só na gestão. Temos um polo industrial muito forte. Quando se percebe que as pessoas estão perdendo seus empregos, por necessidade elas se reúnem para montar uma empresa. Na maioria das vezes, após se recolocar no mercado deixam a empresa". Conforme Maurício Seffair, a cada 100 empresas abertas, 44 não ultrapassam o primeiro ano de atividade.

Em vista dos diversos desafios que enfrentam os novos empreendedores e da representatividade que as empresas de pequeno porte representam para o País, esta pesquisa dedica-se ao estudo da problemática acerca da extinção precoce das novas empresas, destacando os fatores

“ A Análise de Balanços transforma esses dados em informações em que cria expectativa de crescimento futuros e será importante não somente as empresas, mas também para seus empregados, fornecedores, financiadores e acionistas. ”



associados à insolvência relacionados ao empreendedor, à empresa e ao ambiente ao qual se insere.

## CONCLUSÃO

Observamos que, por meio da análise das demonstrações financeiras, os empresários ou responsáveis pela governança tenham como identificar e solucionar os possíveis problemas financeiros apresentados ao longo da vida da entidade. Contudo por meio da pesquisa feita em campo, foram detectados outros fatores associados com a insolvência das pequenas empresas.

Posteriormente, efetuou-se uma pesquisa quantitativa e qualitativa com as empresas da cidade de Manaus.

Segundo a pesquisa realizada, observou-se que os principais fatores associados com a insolvência precoce das pequenas empresas são:

- ausência de planejamento estratégico ou plano de negócios;
- falta de Incentivos fiscais;
- gestão empresarial;
- mau relacionamento entre sócios;

Vale ressaltar que o primeiro fator está ligado às questões de incentivos fiscais, enquanto o segundo fator está relacionado às questões de natureza organizacional. Observou-se também, pela análise quantitativa, que o fator fiscal apresenta-se mais decisivos como motivadores da insolvência das pequenas empresas.

O tema ainda se mostra atraente para o desenvolvimento de novas pesquisas dada a presença de lacunas que persistem. Destaca-se a importância de verificar as boas práticas gerenciais adotadas por empresas deste porte e identificar as

competências organizacionais que determinam o sucesso destas empresas.

O resultado obtido confirma algumas pesquisas brasileiras e internacionais realizadas nas últimas décadas. Espera-se que, somado, possam orientar as políticas públicas, os empreendedores, as agências de fomento para a formulação de suas estratégias no sentido do desenvolvimento de competências administrativas para o sucesso das pequenas empresas brasileiras.

## REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro, cap. 12– 9. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e Análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro / Alexandre Assaf Neto. – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

CERVO, Métodos e referências de Metodologia pág. 9. São Paulo, 1983.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 26: Demonstrações contábeis para fins gerais: informações e documentos o Pronunciamento Técnico PME referencias: contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (Contabilidade para PMEs) P4.

GONSALVES, E. P. Conversas sobre iniciação à pesquisa científica. Campinas, SP: Alínea, 2001.

LAKATOS, M. E. Métodos e instrumento de coleta de dados. 5 ed. São Paulo, 2003.

MARION, contabilidade básica – 4. Ed – atlas, 1996

MATARAZZO, Dante Carmine. Análise Financeira de Balanços: abordagem gerencial / Dante Carmine Matarazzo. – 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

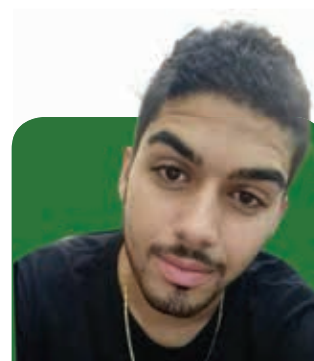
MATTAR, Métodos e técnicas de pesquisa social, São Paulo, 2001. Atlas, 2001.

RUDIO, F. V. Referencias de metodologia universo e amostra pág. 60, São Paulo, 2000.

VERGARA, C. S. Referências bibliográficas 7º ed.: Atlas, 2003.

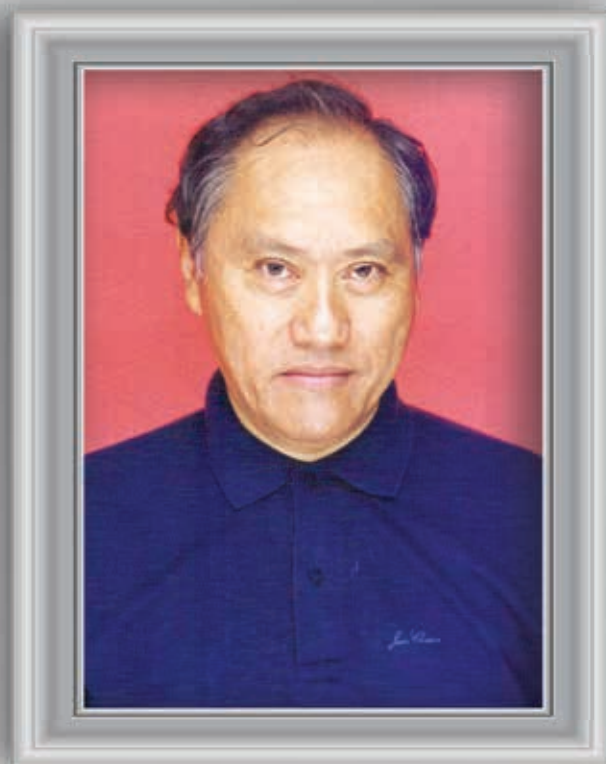
VERGARA, C. S. técnicas quanto aos Fins pág. 47. 9º. Ed.: Atlas, 2005.

[www.portalamazonia.com.br/editoria/economia/amazonas-e-segundo-pior-estado-para-abrir-micro-e-pequenas-empresas](http://www.portalamazonia.com.br/editoria/economia/amazonas-e-segundo-pior-estado-para-abrir-micro-e-pequenas-empresas): Acesso em maio 2015



**Adelson Souza da Silva** é graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário do Norte (Uninorte) e possui diversos cursos voltados para a área contábil.

# Mariano Yoshitake



**G**raduado em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo (1968), em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo (1973), possui mestrado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (1983) e doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (1990). Tem experiência nas áreas de Contabilidade, Controladoria, Auditoria, Tributos, Finanças e Administração, com ênfase em Teoria do Controle Gerencial ou de Gestão, atuando principalmente nos seguintes temas: Teoria do Controle de Gestão, Teoria da Tributação, Contabilidade Gerencial, Contabilidade Financeira, Contabilidade de Custos, Auditoria, Metodologia de Pesquisa, Custo Sequência e Plano-sequência e Finanças Corporativas.

## 1 Especialidades Profissionais em Cursos de Extensão

### 1985 - 1990

- Doutorado em Controladoria e Contabilidade (Universidade de São Paulo - USP).

- Título: Sistema Contábil para Operações com Mercadorias em Consignação, Ano de obtenção: 1990.

- Orientador: Eliseu Martins.

Palavras-chave: ativo; substância sobre a forma; posse e propriedade; consignação; consignante; consignatário.

- Grande área: Ciências Sociais Aplicadas  
- Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Ciências Contábeis / Especialidade: Controladoria.

- Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Ciências Contábeis / Especialidade: Teoria do Controle Gerencial ou de Gestão.

- Setores de atividade: Assessoria Ou Consultoria Jurídica, Contábil, de Opinião Pública e Na Gestão de Empresas; Educação Superior; Outro.

### 1979 - 1983

- Mestrado em Controladoria e Contabilidade (Universidade de São Paulo - USP).

- Título: Funções do Controller: Teorias e Aplicações do Controle Gerencial, Ano de Obtenção: 1983.

- Orientador: Stephen Charles Kanitz.

Palavras-chave: controle gerencial; gestão; controle; contabilidade; controladoria; funções.

- Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

- Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração.

- Setores de atividade: Assessoria Ou Consultoria Jurídica, Contábil, de Opinião Pública e Na Gestão de Empresas; Política Econômica e Administração Pública em Geral; Educação Superior.

### 1971 - 1973

- Graduação em Ciências Contábeis (Universidade de São Paulo - USP).

### 1964 - 1968

- Graduação em Administração de Empresas (Universidade de São Paulo - USP).

Atuação Profissional

- Universidade Ceuma, UNICEUMA (vínculo institucional).

### 2016 - Atual

- Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga

horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva da Faculdades Alves Faria - ALFA (vínculo institucional).

### 2016 - 2016

- Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 30 (vínculo institucional).

### 2010 - 2016

- Vínculo: professor permanente, Enquadramento Funcional: Mestrado Profissional em Administração, Carga horária: 10.

Outras informações

- Professor permanente do Mestrado Profissional em Administração da Fundação Visconde de Cairu (FVC) (vínculo institucional).

### 1998 - 2007

- Vínculo: professor titular, Enquadramento Funcional: Celetista, Carga horária: 40.



Fotografe o QR code e confira a biografia completa de Mariano Yoshitake.

# Governança, Gestão de Riscos e *Compliance* (GRC) são fatores primordiais para o sucesso das empresas

Por Vladimir Barcellos Bidniuk

Diante da crescente pressão de interesses por parte de *shareholders* (acionistas) e stakeholders (público interessado) cada vez mais ativistas e engajados nos desígnios das organizações, nos deparamos com o crescimento de regulações e normatizações incidindo sobre comportamentos individuais e organizacionais. Também crescem os fatores de riscos, devido aos novos modelos econômicos, tecnológicos e sociais, disruptivamente, transformando modelos de negócios e, aceleradamente, impactando na vida das organizações e famílias.

Apresenta-se assim, um cenário que exige maior e melhor resiliência organizacional, além de melhores controles e mecanismos promotores de transparência, previsibilidade e confiabilidade.

Nesse contexto, tornam-se pertinentes e vitais as verdadeiras práticas e estruturas de governança em todas as

“ Nesse contexto, tornam-se pertinentes e vitais as verdadeiras práticas e estruturas de governança em todas as suas dimensões...” ”

suas dimensões, bem como a adoção de processos e soluções integradas de Governança, Gestão de Risco e Compliance (GRC), como fator sistêmico na obtenção de informações de qualidade e operacionalidade da gestão empresarial e sua governança.

As tendências para os próximos tempos, que devem testar cada vez mais as organizações e moldá-las sob intensa pressão, exigem respostas rápidas em governança por parte das empresas, entre as quais, podemos destacar:

- A instituição de conselhos com maior caráter de independência e engajamento, com melhor composição e diversidade;
- Governança da gestão de riscos associada à melhor performance;
- Maior responsabilidade e engajamento do acionista;



- Foco em estratégia e resiliência organizacional, com atenção à criação e proteção de valor;
- Ética, códigos e controles permeando a conduta organizacional;
- Governança da informação, da capacidade digital e do risco cibernético;
- Tone-at-the-Top Governance, o compromisso, como cultura organizacional, com a instituição de governança e com a integridade advinda de famílias, acionistas, conselhos e líderes empresariais.

Evolução estratégica não existe sem governança. Quando uma empresa busca maior profissionalização para um processo de expansão ou globalização, um eficiente sistema de controles e demonstração de previsibilidade e confiabilidade é exigido. A gestão muda, e a governança e suas estruturas passam a ser sustentadas por processos e soluções integradas de GRC, vitais e efetivos na demonstração de confiança ao mercado e às partes interessadas.

Processos de GRC são fundamentais para qualquer empresa, principalmente para a criação e proteção de valor. A principal tarefa da alta gestão, líderes empresariais e conselhos é criar valor aos *stakeholders* e *shareholders*, tendo contudo, do outro lado da equação, a

“ Em breve período, empresas que tiverem processos bem definidos de GRC, integrados à forma de como fazem negócios, irão sair-se muito bem, terão sucesso e serão exemplo ao mercado. ”

proteção do valor; o que torna correta a perspectiva de GRC, que está voltada para a criação e a proteção do valor, com vistas à organização em contexto global e em como seus atores a governam.

#### O real conceito de GRC

Para entendermos do que se trata, efetivamente, a sigla GRC, é necessário termos uma abordagem integrada das práticas distintas de governança, gestão de riscos e conformidade regulatória e normativa, que na maioria das vezes, são adotadas em silos separados pelas empresas, tornando-se até redundantes e conflituosas, gerando inconsistências e ineficiências; o que coloca em risco o tempo da correta tomada de decisão, comprometendo a performance e rápida reação da empresa em cenários competitivos e voláteis.

E é exatamente nesse contexto que a integração e a automação dos processos de governança, riscos e compliance vêm a ser vital para a resiliência organizacional e a passagem no teste

do tempo. Em breve período, empresas que tiverem processos bem definidos de GRC, integrados à forma de como fazem negócios, irão sair-se muito bem, terão sucesso e serão exemplo ao mercado.

O fato é que não podemos mais pensar apenas localmente. Precisamos conhecer o nosso tempo, inserido na velocidade do mundo, onde a governança deve entregar resiliência organizacional, criar e proteger valor.

Não podemos governar novos e desafiadores tempos sem novas práticas de governança.

#### Sobre a Moore Stephens

Uma das maiores redes de auditoria, consultoria e *outsourcing* contábil e fiscal do mundo, presente em 108 países e formada por 27,9 mil profissionais de mais de 600 escritórios. É a número 11 no *ranking* mundial da atividade e a número 1 em relacionamento colaborativo e proativo, com faturamento anual de US\$ 2,7 bilhões.



**Vladimir Barcellos Bidniuk** é diretor especialista em Governança Corporativa e Governança, Gestão de Risco e Compliance (GRC) da Moore Stephens





## PERFIL

# Prof. Dr. José Francisco Ribeiro Filho

Por Michelly Nunes



**D**urante sua trajetória profissional, o professor e doutor José Francisco Ribeiro Filho foi um entusiasta pela área acadêmica.

Ao graduar-se em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Pernambuco (1982) e, anos mais tarde, em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (1990), descobriu que seria um excelente colaborador e pesquisador da área contábil. Em 1993, o professor José Francisco concluiu o mestrado em Ciências Contábeis pela Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro e, em 2002, doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo.

A sua dedicação ao estudo e o comprometimento com os seus alunos sempre foram impecáveis. No Conselho Federal de Contabilidade (CFC), José Francisco trouxe valiosas contribuições, em especial, para a área pública, atuando como coordenador do Comitê Gestor da Convergência no Brasil. Ele tinha papel fundamental na disseminação das normas da área pública e foi o grande orquestrador de todo o processo de convergência. Sua contribuição é incomensurável,

pois ele teve uma visão e conhecimento contábil acima da média. Perdemos, sem dúvida, um dos maiores nomes da contabilidade pública do País.

“ Ele tinha papel fundamental na disseminação das normas da área pública e foi o grande orquestrador de todo o processo de convergência. ”

José Francisco foi professor-adjunto da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), coordenador do Mestrado em Ciências Contábeis da UFPE, membro do Conselho Editorial dos seguintes periódicos: Revista Brasileira de Contabilidade; RIC/UFPE - Revista de Informação Contábil; REAd - Revista Eletrônica

de Administração; Base (Unisinos); RAC - Revista de Administração Contemporânea; e Revista de Ensino e Pesquisa em Contabilidade (RePEC). Possuía experiência em Administração, com ênfase em Controle Gerencial. Era especialista em temas ligados ao controle social, teoria da contabilidade, administração pública, controladoria hospitalar e controladoria governamental.

Em uma de suas últimas apresentações tratou da teoria crítica, mostrando que os profissionais da contabilidade deveriam desenvolver o raciocínio dialético. E tratou, com a coragem de sempre, da “colonização”, fornecendo aos ouvidos mais atentos uma reflexão crítica da sociedade de modo geral e das relações de dominação.

Francisco Ribeiro Filho nos deixou em 11 de julho de 2011, e nessa mesma data recebeu merecida homenagem do também saudoso professor Lino Martins, que em seu blog escreveu ao amigo: “No trato diário com alunos e colegas, não há dúvida de que Francisco lhe injetou nas veias sensível dose de compreensão e tolerância”.



**Editor: Professor Doutor José Antonio de França** é Contador, auditor independente e economista. Doutor em Ciências Contábeis; professor adjunto do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília – UnB.



## Perícia Financeira

**Editor:** Senac  
**Ano:** 2016  
**Autor:** Paulo Cordeiro de Mello

Perícia Financeira é uma contribuição significativa para a prática da perícia, com foco no cálculo financeiro, abordagem simples e didaticamente bem estruturada. A obra está distribuída em seis capítulos que contemplam exemplos de significativa relevância para profissionais e estudantes.

O capítulo 1 apresenta os aspectos conceituais das variáveis do cálculo financeiro como capital, montante, juros e métodos de cálculo. Os exemplos desse capítulo são relevantes para introduzir o leitor, de forma simplificada, no contexto do cálculo financeiro.

Os capítulos 2 e 3 abordam a funcionalidade de diversos indicadores financeiros, de forma conceitual e aplicações específicas, com retrospecto histórico da evolução do padrão monetário no Brasil, bem como terminologias de operações de crédito habituais.

Nos demais capítulos o leitor encontrará práticas específicas de perícia que envolvem linguagem e terminologias técnicas, com exemplos de laudo e parecer, assim como formulação de quesitos e respostas ofertadas pelo Perito.

Ao final são apresentados anexos com exemplos de cálculos que podem auxiliar Peritos e estudantes no exercício profissional e na aprendizagem acadêmica.



## Capitalismo Consciente

**Editora:** HSM  
**Ano:** 2014  
**Autor:** John Mackey e Raj Sisodia

Capitalismo consciente é uma obra surpreendente que aborda diferentes visões de estudiosos sobre o imediatismo dos ganhos e a sustentabilidade no longo prazo, no contexto das teorias do capitalismo, distribuída em 18 capítulos. O prefácio da obra já é um convite especial para a leitura, com um enredo estimulante para entendimento das diferenças entre o capitalismo integrado e os lucros do curto prazo. O capítulo introdutório desenvolve o tema de forma contextualizada com busca, desafios, perseverança e sucesso, a despeito de dificuldades e acidentes naturais.

O Capítulo 1 apresenta um extraordinário retrospecto das vantagens do capitalismo, mas já mostrando o contraste entre as ideias do capitalismo pelo lucro e capitalismo pelo bem-estar e da cooperação que proporciona a sustentabilidade do lucro. O Capítulo 2 evolui as ideias apresentadas no capítulo precedente enfatizando a gênese do capitalismo consciente, empregando de forma

pedagógica metáforas que permitem ao leitor uma reflexão de maior profundidade para entender o contexto. Nesse capítulo a ideia fundamental é a discussão dos princípios do capitalismo consciente no âmbito de uma corporação, como a integração de stakeholders, liderança, cultura e gestão conscientes que são o propósito maior de valores centrais de uma empresa, a partir dos quais se desenvolvem os capítulos seguintes.

Nos demais 16 capítulos são discutidos ideias como a empresa na busca de significado, a paixão e inspiração da equipe, a perseverança dos investidores, fornecedores inovadores e colaborativos, e muitos outros títulos estimulantes. Mas ainda que a obra tenha sido estruturada em 18 capítulos, não termina neles, os apêndices incorporam ricos ensinamentos e estratégias que gratificam o tempo alocado pelo leitor para conhecimento da obra.



XI Encontro Nacional da

*Mulher*

CONTABILISTA



XVI Convenção de  
Contabilidade do  
Rio Grande do Sul

*Compartilhando experiências,  
unindo competências.*

13 a 15/9/2017 • **GRAMADO (RS)**

O coração da Serra Gaúcha espera por você para viver  
todos os seus encantos em 2017!

*Inscriva-se*

[www.cfc.org.br/evento](http://www.cfc.org.br/evento) | Informações: (61) 3314-9501

Realização:



Apoio:





# ABRAÇO

A ÉTICA, A CIÊNCIA, A TÉCNICA, O ZELO, A PRECISÃO, A EFICIÊNCIA, A QUALIDADE, A INOVAÇÃO, O DESENVOLVIMENTO, O PENSAMENTO, OS PROCESSOS, OS RESULTADOS, A TECNOLOGIA, A EVOLUÇÃO, O SABER, O SER, O DESCOBRIR, A INICIATIVA, O PROGRESSO, O NOVO, O BRASIL, O GLOBAL, O SOCIAL, O MEIO AMBIENTE, O EMPREENDEDORISMO, A TEORIA, A PRÁTICA, O INDIVÍDUO, A EQUIPE, O ONTEM, HOJE E AMANHÃ, A RESPONSABILIDADE, A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO,

## A CONTABILIDADE.

Um abraço não consiste só no entrelaço entre duas ou mais pessoas. Também abraçamos causas, ideologias, crenças e o que nós somos. Abraçamos a nós mesmos e isso começa com o que escolhemos para o nosso futuro. Se você é tão apaixonado pela Contabilidade como nós, não fique de fora desse abraço. A ABRACICOM oferece produtos personalizados para que você possa mostrar o seu orgulho pela profissão que abraça todos os dias. Para mais informações, acesse o site [www.abracicom.org.br](http://www.abracicom.org.br).

